

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CCHB - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
DGTH - DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TURISMO E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

CLEITON PADILHA

**O PATRIMÔNIO HISTÓRICO COMO REVELAÇÃO DA RESISTÊNCIA EM MEIO
AO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO: O CASO DA CAPELA
SENHOR DO BONFIM**

SOROCABA-SP
2019

Cleiton Padilha

**O PATRIMÔNIO HISTÓRICO COMO REVELAÇÃO DA RESISTÊNCIA EM MEIO
AO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO: O CASO DA CAPELA
SENHOR DO BONFIM**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como parte dos requisitos para a
obtenção do título de graduação no Curso de
Licenciatura em Geografia pela Universidade
Federal de São Carlos, Campus Sorocaba.

Orientação: Profa. Dra. Neusa de Fátima
Mariano

SOROCABA-SP
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

PADILHA, Cleiton

O Patrimônio Histórico como revelação da resistência em meio ao processo de transformação do espaço: o caso da Capela Senhor Do Bonfim / Cleiton PADILHA. -- 2019.

55 f. : 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)-Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador: Neusa De Fátima Mariano

Banca examinadora: Rosalina Burgos, Vanda Aparecida Silva

Bibliografia

1. Patrimônio Histórico;. 2. Processo de Resistência;. 3. Capela de João De Camargo.. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano – CRB/8 6979

CLEITON PADILHA

**O PATRIMÔNIO HISTÓRICO COMO REVELAÇÃO DA RESISTÊNCIA EM MEIO
AO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO: O CASO DA CAPELA
SENHOR DO BONFIM.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como parte dos requisitos para a
obtenção do título de graduação no Curso de
Licenciatura em Geografia pela Universidade
Federal de São Carlos, Campus Sorocaba.

Orientação: Profa. Dra. Neusa de Fátima
Mariano

Orientadora:

Profa. Dra. Neusa de Fátima Mariano
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Examinador:

Profa. Dra. Rosalina Burgos
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Examinador:

Profa. Dra. Vanda Aparecida Silva
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, que me concederam a vida, e aos meus familiares e amigos, que de forma direta ou indireta, ajudaram-me a vencer todas as etapas de minha formação, inclusive deste trabalho de conclusão de curso. Dedico também ao Sr.^a Nelson Aparecido Sonogo, Professor e Diretor de Escola, Emérito Educador, pelo apoio e incentivo recebidos e que possibilitaram que eu tornasse o sonho de minha graduação numa realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que nos deu a Terra, um presente incomensurável, e as ferramentas necessárias para podermos construir nossos almejados sonhos.

Foram sete anos de muitas experiências e de altos e baixos na minha vida que se passaram rápido demais. Desde o início, eu tinha a certeza que iria me deparar com várias dificuldades e obstáculos na minha jornada acadêmica que estava prestes a se iniciar, mas que eu não podia parar de prosseguir até a conclusão do curso.

Ainda consigo lembrar claramente da primeira vez que entrei no campus da UFSCar em Sorocaba. Onde pude perceber um outro mundo cheio de novas oportunidades e de aprendizado que seria primordial para minha realização pessoal e existência como ser humano.

Sou muito grato pelo curso de Geografia já que, ao contrário do que muitas pessoas pensam ou imaginam, é um curso que possui uma grande abrangência disciplinar. Foi uma honra ter sido aluno de professores incríveis e com alto grau intelectual com quem aprendi saberes que levarei para vida toda. Também aprendi que professores é o bem mais valioso na formação de um ser humano.

Torna-se primordial e indispensável deixar de não mencionar o convívio com os colegas mais jovens ou até mesmo mais velhos dentro das salas de aula. Uma vez que somos seres humanos sociáveis e o convívio com outras pessoas que pensam diferente e possui outros pontos de vista deixa mais enriquecedor o conhecimento para um melhor entendimento do assunto.

Sinto muito orgulho por ter conseguido à vaga na Universidade Federal de São Carlos que, como todas as instituições públicas no nosso país, e de todas as suas dificuldades que enfrentam, ainda zelam pelo objetivo de oferecer um ensino bom e de qualidade.

Agradeço também a minha orientadora, Professora Neusa de Fátima Mariano, por ter me aceitado como seu orientando, pelo seu incentivo, paciência e disponibilidade com que conduziu a orientação desse trabalho, algo que, sem dúvida, foi primordial para a sua realização.

Finalizo meus agradecimentos ressaltando os meus novos olhares geográficos, os quais me ajudarão a trilhar novos caminhos.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a importância do patrimônio histórico enquanto um objeto de resistência em meio ao processo de transformação do espaço, tendo como estudo empírico a Capela Senhor do Bonfim – Capela de João de Camargo, na cidade de Sorocaba, que em seus 116 anos de existência, vem resistindo às fortes transformações urbanas através de sua historicidade, religiosidade e significados presentes no local. Para tal, busca-se compreender o conceito de patrimônio histórico, a história de formação da Capela e a importância deste espaço tanto a nível cultural quanto político já que atua como um núcleo de resistência da cultura negra. A história da Capela permeia a própria trajetória de vida do idealizador da Capela, João de Camargo, além da própria ocupação da Capela ao longo do tempo e de toda história espacial da Cidade e suas transformações. A partir da coleta de dados e revisão de literatura, entende-se que a Capela atua como um importante núcleo de resistência frente às transformações do espaço, se constituindo como um local de encontro com o divino e o sagrado, que resiste ao tempo e às modificações no espaço, de modo a transcender para além de uma mera construção material, oferecendo aos devotos e frequentadores recursos de crença e fé. Tal monumento alia entremeios da história, vida e cotidiano sorocabano, sendo de suma importância a sua preservação e longevidade.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico; processo de resistência; Capela de João de Camargo.

ABSTRACT

This research aims to discuss the importance of historical heritage as an object of resistance in the midst of the process of space transformation, having as empirical study the Chapel of the Lord Bom Jesus do Bonfim - Chapel of John of Camargo, in the city of Sorocaba, which In its 116 years of existence, it has resisted as strong urban transformations through its historicity, religiosity and meanings present in the place. To this end, try to understand the concept of historical heritage, a history of training of the Chapel and the importance of this space at both the cultural and political level as it acts as a core of resistance of black culture. The history of the Chapel permeates the very life course of the Chapel's creator, João de Camargo, as well as the Chapel's own occupation over time and the city's entire spatial history and its transformations. From the data collection and literature review, it is understood that the chapel acts as an important nucleus of resistance ahead in the transformations of space, constituting a place of encounter with the divine and the sacred, which resists time and exhibitions in space so as to transcend beyond mere building material, offer devotees and frequent resources of belief and faith. This monument also enters the history, life and daily life of Sorocaba, being of paramount importance its preservation and longevity.

Keywords: Historical Heritage; resistance process; Chapel of John of Camargo.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Foto frontal da Capela de João de Camargo.
- Figura 2** – Vista lateral da Capela.
- Figura 3** – Sincretismo religioso da Capela de João de Camargo.
- Figura 4** – Imagens de religiões de matriz africana.
- Figura 5** – Imagens Católicas.
- Figura 6** – Imagem interna da Capela de João de Camargo.
- Figura 7** – Um espaço de fé e contato com o sagrado.

LISTA DE ABREVIações

CMDP – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

FAU-Mackenzie – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

IINTRODUÇÃO	1
1. PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	6
1.1 DEFINIÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL.....	7
1.2 LEGISLAÇÃO SOBRE PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL	10
2. BREVE HISTÓRICO DE SOROCABA	12
3. AVIDA E OBRA DE JOÃO DE CAMARGO	18
3.1 A MEMÓRIA DE JOÃO DE CAMARGO	18
3.2 A CAPELA E A SOCIEDADE SOROCABANA	22
3.3 OS FUNDAMENTOS DA CAPELA E SUA OCUPAÇÃO SOCIAL.....	26
4. A CAPELA NA ATUALIDADE E A URBANIZAÇÃO DE SOROCABA	32
4.1 A CAPELA E O COTIDIANO DE SOROCABA	32
4.2 A CAPELA COMO MONUMENTO HISTÓRICO CULTURAL RELIGIOSO	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	42
ANEXOS	44

INTRODUÇÃO

A escolha do tema Patrimônio Histórico como resistência que resultou na pesquisa intitulada “O Patrimônio Histórico como revelação da resistência em meio ao processo de transformação do espaço: o caso da Capela Senhor do Bonfim”, veio a surgir quando eu tive a oportunidade de conhecê-la, através de um trabalho de campo realizado na disciplina de Geografia Cultural, no qual me despertou toda a curiosidade em querer saber sobre o seu idealizador e de sua construção onde estão guardados, segredos e mistérios “sobre pedras, águas e verdades”.

Ainda não o bastante, me chamou a atenção o fato de qual seria a explicação para a sobrevivência de uma modesta Capela, chegar ao presente, com o mesmo propósito originário de confortar os aflitos, caracterizando toda uma resistência durante seus 116 anos, chegando a um presente materialista e marcado por um capitalismo selvagem em busca de espaços estratégicos para melhor se desenvolver em uma sociedade marcada pela lógica do consumo.

Conforme os argumentos acima ressaltados, a Capela está localizada numa região de maior valor imobiliário de Sorocaba, chamando a atenção pela sua simplicidade diante da modernidade das demais construções ali existentes.

O dístico de que a Capela fora construída “*sobre pedra, água e verdade*” além de impactante, pelas muitas verdades que provavelmente oculta, faz concluir-se que há toda uma simplicidade que, por si, foi capaz de corroborar para vencer os muitos desafios socioeconômicos impostos pela sociedade.

A síntese do presente trabalho não é outra se não a de trazer à tona subsídios para a compreensão da resistência oferecida pela Capela ao tempo e ao espaço, paralelamente à sua própria importância como ícone do patrimônio histórico e geográfico revelado pela paisagem que se conforma em Sorocaba. A Capela sempre integrou, e continua a integrar, o espaço geográfico sorocabano, constituindo-se num reconhecido patrimônio histórico que, apesar de toda vulnerabilidade, resistiu às transformações de meio transcorridas ao longo dos tempos, por conta de sua importância social religiosa.

A dialética proposta, além de atestar a importância da preservação da Capela como patrimônio histórico que se tornou, através da religiosidade do povo que se marca por gerações sucessivas, apoiada na prática de suas crenças e valores, dá conta também, por meio dos conceitos básicos da Geografia, da razão da revelação de sua preservação.

Atualmente, apesar de seu reconhecido valor histórico, a Capela Senhor do

Bonfim ainda não alcançou seu tombamento, nem pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), nem pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), como se detalha nos itens seguintes, sendo amparada legalmente pelo Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Sorocaba, ou seja, é tombada apenas pelo município.

O patrimônio histórico, seja ele material ou imaterial, nos apresenta de certa forma como uma realidade que foi vivida e como ela se manifesta nos espaços como uma construção de seu tempo histórico, apesar das diversas variações da sociedade, por estar intrinsecamente representando os bens intangíveis desta, como a memória de um coletivo ou a identidade de um povo (CHOAY, 2006).

O presente trabalho tem como objetivo entrar na Geografia, por seus conceitos fundamentais, com a descrição e justificativa dos fatos, para melhor compreensão da vida e da obra de João de Camargo ao longo do tempo, e para melhor explicar a formação da Capela diante das múltiplas modificações transcorridas no espaço, a exemplo da perda da territorialidade negra no local, com conseqüente modificação da paisagem geográfica.

Sendo assim, objetivamente, consideramos a Geografia como uma ciência humana que trata da descrição do espaço e de sua ocupação no tempo, com toda a abrangência que é capaz de explicar a resistência, ou a sobrevivência, oferecida pelo patrimônio histórico ao longo do tempo. Nesse sentido, valendo-se de seus conceitos, julgamos que se faz necessário que se retroceda ao passado para se entender presentemente a razão da resistência oferecida pelos monumentos ou patrimônios materiais históricos geográficos, diante de tantas mudanças socioeconômicas transcorridas no respectivo período.

Por sua peculiaridade ou mesmo simplicidade, a Capela Senhor do Bonfim, ou Capela de João de Camargo, representa a resistência dada por uma territorialidade negra, visto o passado escravocrata de Sorocaba, caracterizado pela apropriação de toda força de trabalho, com o propósito de realizar ou alcançar os fins de produção e mercantis. Atualmente a Capela se mantém como símbolo de resistência ao se fazer a leitura espacial da sua localização, diante de toda uma especulação imobiliária, visto uma macrovalorização da respectiva área.

A Capela sobreviveu e sobrevive a todos os períodos históricos, desde a sua fundação até os dias de hoje, guardando toda sua originalidade e propósito. Conforme versa Mariano (2016, p.147).

Este é o patrimônio material de Sorocaba que contém o imaterial. Este é o concreto que carrega memórias, histórias e identidade da população. Na construção estão guardados segredos, mistérios e esquecimentos que se fazem presentes mesmo que não estejam revelados, ou explícitos.

Os fundamentos da Geografia, então aplicados à questão por meio de suas categorias de análise, podem ajudar a elucidar as razões de sua perpetuação no espaço e no tempo que se revelam diante da paisagem Sorocabana. O espaço, conforme salienta Santos (1998, p. 22), “torna-se o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais.” Dessa forma, espaço e paisagem tornam-se um par dialético, sendo o conceito de paisagem o produto da relação do homem com o meio.

Contudo, ao longo de seus mais de 116 anos de existência, a Capela mantém-se intacta em sua forma e fundamentos originais, resistindo a todas as mudanças observadas, espaciais e temporais, de costumes e comportamentais, sobrepondo-se a todo o processo de urbanização de Sorocaba, de um município com aproximadamente 20.000 habitantes à época de sua construção, (IBGE, 1900), para seus atuais 659.871 habitantes contemporâneos (IBGE, 2016).

A compreensão dos fatos geográficos e históricos descritos a seguir, bem como os relatos de fé e vocacionais narrados, dão conta da justificativa da resistência da Capela às tantas mudanças observadas, inclusive àquelas impostas pela pressão imobiliária de todos os tempos.

Uma vez reconhecida como patrimônio histórico, a Capela fica imputada de preservação, a exemplo de bens similares, embora haja toda uma constante pressão de mercantilização imobiliária sobre eles, a qual se soma, por vezes, e de forma inconsequente, forças públicas e privadas desconsiderando as diretrizes das cartas patrimoniais de preservação dos bens culturais (COSTA, 2010). Contudo, o fato da Capela de João de Camargo ter resistido ao tempo e ao espaço assenta-se, sobretudo na sua continuada ocupação pelos crédulos da fé espiritual, em todos os momentos, e em razão de sua própria história, pelas gerações que se sucederam.

Também se acredita que a Capela resistiu por ter se tornado um ícone da própria história de Sorocaba, dada sua origem cercada e influenciada pelos negros, inserida no meio sorocabano no período da escravatura. Registre-se também que o desenvolvimento socioeconômico de Sorocaba, tido como conservador, uma vez que respeitou a tradicional e dominante formação católica cristã de seu povo, por si salvaguardou, ao longo do tempo, os espaços sagrados e, destacadamente, aquele pertencente à Capela.

Ainda pela citação ímpar, referenciada no início, de que “*a Capela fora construída sob pedra, água e verdade*”, pode-se inferir a inospitalidade da área então ocupada, o que por si também influenciou sua resistência, uma vez que outrora aquela região não oferecia qualquer atrativo imobiliário, sendo verdade que era simplesmente conhecida como Água Vermelha, provavelmente em razão do processo erosivo das enxurradas que corriam sobre o solo vermelho daquela localidade, corroborando para tal a própria topografia do local, uma bacia hidrográfica, e a natureza de seu solo, latossol vermelho, que acabou por assorear o leito d’água, visto se tratar de uma terra vermelha de fácil erosão. Nesse mesmo sentido, influenciou também na resistência da Capela o fato de que a respectiva área por ela ocupada constituía-se num arrebalde da cidade, um lugar bastante afastado do centro urbano não tendo, durante anos seguidos, qualquer interesse ou valor comercial significativo.

Além disso, entendemos que a urbanização não foi incisiva sobre aquela área num passado próximo, ou seja, a área da Capela e sua adjacência não ofereciam os mesmos atrativos urbanos de hoje e, por isso mesmo, se configurava em um contexto de desinteressada disputa imobiliária. Cite-se também como fator da resistência nos tempos atuais o próprio tombamento municipal da Capela, pelo Conselho de Desenvolvimento Turístico e Cultural do Município, imputando todo respeito àquela obra, para salvaguarda de sua arquitetura e memória. Os estatutos da Sociedade e a própria influência político-social de seus mantenedores, também são razões que se somam ao fortalecimento da resistência da Capela nos dias atuais.

Tais citações hipotéticas sustentam a revelação da resistência oferecida pela Capela de João de Camargo ao longo do tempo e diante das muitas pressões sociais da atualidade, sobretudo imobiliária, fazendo crer em sua perpetuação definitiva para as gerações futuras, constituindo-se em um verdadeiro testemunho histórico-geográfico da cidade de Sorocaba.

De forma a pensar sobre o contexto histórico de João de Camargo e a importância de sua Capela e de suas visões plurais de mundo, que sobrevivem aos tempos no contexto sorocabano, na presente pesquisa buscamos realizar um diálogo com alguns autores, que nos permitem refletir sobre essas questões. Para tal, metodologicamente, considerando-se que se trata de uma pesquisa de cunho qualitativo, realizamos uma revisão bibliográfica sobre a história de João de Camargo e o contexto de construção de sua Capela. Essa revisão foi feita no sentido de pensar sobre como ambos, João de Camargo e sua Capela, influenciam e são influenciados pelo contexto histórico-cultural da

cidade de Sorocaba. Após a revisão bibliográfica, com base em documentos oficiais, fotos e relatos de autores, refletimos sobre as questões de nosso interesse, ou seja, ao que se remete a vida, história e religiosidade de João de Camargo.

No presente trabalho, primeiramente, realizamos uma apresentação sobre patrimônio, mais especificamente sobre questões históricas e culturais. Em seguida, relatamos um breve histórico sobre a fundação e desenvolvimento da cidade de Sorocaba. Posteriormente, discutimos algumas questões sobre a obra, a memória e a construção da Capela de João de Camargo. Em seguida, realizamos algumas reflexões sobre a sua Capela, relacionando-a com o contexto histórico, cultural e religioso sorocabano. Por fim, são colocadas algumas considerações finais sobre as nossas discussões.

1. PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Segundo o dicionário etimológico, a palavra “Patrimônio” tem origem no latim, que significa *patrimonium*, onde por sua vez está diretamente relacionado a herança familiar ou de *pater* (pai), o *patriarca*. Nas civilizações do Império Romano, assim como também no geral em toda a Antiguidade, tal conceito estava ligado em quem detinha o governo ou o poder de dispor sobre seus *pertences vivos* em particulares, dos seus familiares, fazendo o que bem entendesse, do empréstimo e venda à morte. Tal conceito de “Patrimônio” era então relacionado através dos *“Bens de herança que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos”*, algo que era para ser guardado e mantido como uma lembrança dos tempos passados.

Já o termo “Patrimônio Histórico” torna-se um conceito amplo, cheio de significados que, por sua vez, envolvem diversos caminhos da cultura de uma sociedade por se referir aos bens incomensuráveis, que é a memória construída socialmente e a identidade cultural de um povo. Nesse sentido, para a autora Choay (2001, p. 11), *“Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, 'patrimônio histórico' tornou-se uma das palavras chaves da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade”*.

Preservar as construções e tradições do passado sempre foi uma necessidade inconsciente e/ou consciente do ser humano, como um modo de reviver o passado. Nesse aspecto, o patrimônio tornou-se o ícone de uma vivência que é temporária, mas que se torna eterna através de seus bens ou monumentos, onde carrega em si um elemento identitário, construindo um conjunto de memórias que nos diz quem somos, de onde viemos e para onde poderemos ir. É necessário perceber que o patrimônio não é só um bem em si, mas também o uso que aquele bem tem para a utilização eterna da memória de um coletivo, pois o patrimônio histórico não é apenas algo concreto, ele é também subjetivo e cheio de significados.

O Patrimônio Histórico constitui-se na identidade temporal de uma sociedade, estabelecendo um registro dos fatos circunstancialmente vividos inclusive para conhecimento das gerações futuras, tornando o passado sempre presente. Neste sentido, ele leva à preservação da memória de uma sociedade e por isso mesmo, uma vez reconhecido como tal, ele sempre será de domínio público. Com isso, entendemos que todo

patrimônio histórico e cultural compreende a memória pela paisagem física, ou ela mesma, por suas manifestações artísticas, de forma material ou imaterial. Como bem público, são afetados necessariamente de registro e de proteção, para gozar da tutela do Estado.

A exemplo de tais salvaguardas, podemos mencionar as “Cartas Patrimoniais”, que são documentos elaborados por organizações nacionais e internacionais, que reúnem as principais diretrizes e recomendações para conservação e proteção do patrimônio mundial.

Nadia Somekh, professora e doutora emérita da FAU-Mackenzie, que elaborou o manual “Preservando o Patrimônio Histórico” salienta que:

De todos os documentos, a Carta de Veneza (1964) é o mais citado e referenciado por ampliar a noção de monumento histórico de uma criação arquitetônica isolada para um sítio urbano e rural e também por estabelecer os critérios que devem ser observados nas conservações e restaurações de monumentos históricos. (SOMEKH 2015, p 23).

Cabe salientar ainda que a carta de Veneza é um documento internacional que dispõe sobre a identificação, conservação e restauração de monumentos e sítios históricos, acordando os procedimentos devidos (Anexo 1).

Nesse âmbito de relações, ressaltemos que é intrínseco do homem o desejo da preservação de sua memória, valendo-lhe a instituição do Patrimônio Histórico Cultural como meio de reconhecimento e perpetuação de um tempo vivido ou passado. Nesse sentido, torna-se oportuna a reflexão do poeta pensador Mario Quintana: “*O tempo deixa perguntas, mostra respostas, esclarece dúvidas... Mas, acima de tudo, o tempo traz verdades.*” Mediante tais observações, podemos dizer então que a verdade no tempo se torna realidade eterna sempre que compor o Patrimônio Histórico e Cultural de uma comunidade, ou de uma sociedade, para embasar sua própria história, perpetuando os fatos de forma *in contest* para as gerações futuras.

1.1 DEFINIÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

De forma bem abrangente, e com as nossas próprias palavras, patrimônio histórico cultural é a designação da representatividade dada a um bem material ou imaterial, de reconhecida importância para uma comunidade, representado por um ente móvel, imóvel, natural ou cultural, concreto ou subjetivo, que simboliza de forma intrínseca a existência, hábitos e costumes de uma sociedade, marcando-a no tempo e no espaço,

segundo as conceituações do próprio IPHAN e de outros estudiosos do assunto. Não obstante, podemos dizer ainda que um Patrimônio Histórico Cultural é todo bem móvel, imóvel, natural ou cultural, que tem significada importância artística, cultural, documental, religiosa e estética para um determinado grupo de pessoas, conforme definição acadêmica.

De forma simplista, patrimônio é tudo o que criamos ou conquistamos, que valorizamos e queremos preservar. O patrimônio passa a ser histórico quando reverencia um fato que pela importância deve ser perpetuado para compor a memória de um povo. São os monumentos ou construções reconhecidas como tais, são as obras de arte, as manifestações populares que marcaram época ou que se tornaram tradicionais, e que identificam uma comunidade. Além de monumentos concretos, podem ser festas, celebrações, competições, músicas e danças, folguedos e comidas. Nesse sentido, para se chegar nos saberes, fazeres e falares de uma comunidade social, devemos compreender que o patrimônio pode ser material ou imaterial, pois tudo enfim que é produzido com as mãos ou simplesmente idealizado define-se como patrimônio.

No entanto, a Constituição Brasileira de 1937, pelo decreto lei nº 25 que regulamenta a proteção dos bens culturais no país, estabelece que:

Art. 1º Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Historicamente, a política federal de preservação no Brasil efetiva-se nos finais dos anos 30, mais especificamente, com o citado decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que regulamenta a proteção dos bens culturais no país, conforme citação anterior.

No âmbito da Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio anteriormente definido, substituindo a denominação “Patrimônio Histórico e Artístico” por “Patrimônio Cultural Brasileiro”, mantendo a gestão sob tutela do Estado. Nessa redefinição promovida pela Constituição, enquadram-se as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações religiosa-artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Nesse sentido, ressaltamos que a Capela de João de Camargo, objeto deste estudo, se enquadra, com todos os méritos, na abrangente definição constitucional de “Patrimônio Histórico Cultural Brasileiro”.

Há uma dialética com referência à normativa dos bens propostos para compor o Patrimônio Cultural Brasileiro, mas o IPHAN redirecionou a questão estabelecendo que:

Uma nova possibilidade de reconhecimento de bens culturais vai incrementar o mapa do Patrimônio Cultural do país: a Chancela como Paisagem Cultural Brasileira, voltada para lugares cuja especificidade é resultado das relações entre grupos sociais e a natureza. (IPHAN¹).

A respectiva citação acima permite que se infira um processo de redemocratização ou popularização, na definição dos bens que compõem o Patrimônio Cultural Brasileiro, deixando de ser exclusividade dos intelectuais da área e minimizando restrições sobre o tema, tudo conforme as determinações constitucionais.

Segundo o que Tanno (2006) nos aponta:

Hoje, mais do que em qualquer outra época, a preocupação com a preservação da memória nacional, das tradições do nosso povo e das mais diversas manifestações culturais do país, é cada vez maior, não somente por parte dos organismos oficiais como também da sociedade civil. Fundar museus, tomar monumentos, formar arquivos, enfim criar os mais diversos lugares de memória parece ser a urgência de todos os países que perderam os meios de memória, isto porque segundo Pierre Nora, [...] se habitássemos ainda nossa memória, não haveria necessidade de lhe consagrar lugares [...] (TANNO, 2006, p 224).

Tal citação se remete aos contextos de importância e da necessidade da redemocratização dos bens culturais, entendendo-se, assim, a vigência de uma proposta de maior facilidade na identificação dos bens culturais para compor o conjunto do Patrimônio Cultural do país, o que sempre foi seletivo e de decisão dos intelectuais da área.

Observando os quesitos da definição de Patrimônio Histórico Cultural, o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural de Sorocaba, analisando o conjunto de bens histórico, artístico, arquitetônico, turístico e paisagístico, criteriosamente, selecionou e tombou 42 edificações que marcaram a história do município, apontando, dentre eles, a Capela Senhor do Bonfim (Capela de João de Camargo) objeto deste estudo, democraticamente tombada. Antes da iniciativa municipal, somente o Mosteiro de São Bento, pelo seu reconhecido valor histórico e arquitetônico, datando de 1610, estava devidamente tombado pelo CONDEPHAAT, no nível de estado. A iniciativa do Município, amparada pela redemocratização do Patrimônio Cultural, preservou a memória histórica sorocabana com o acervo composto pelos 42 itens selecionados. (Anexos 2 e 3).

Diante dos apontamentos aqui realizados, podemos dizer que a definição de

1 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1956>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

Patrimônio Histórico Cultural, sem dúvidas, contempla a relevância de um bem, no tempo e no espaço, para uma comunidade social, valendo sua conservação para as gerações futuras, a fim de garantir a preservação de sua memória histórica.

1.2 LEGISLAÇÃO SOBRE PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

A legislação sobre o Patrimônio Histórico Cultural Brasileiro data do Estado Novo, do Presidente Getúlio Vargas, segundo decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, integrando a Constituição Brasileira de então.

Tal disposição constitucional perdurou em sua íntegra até a promulgação da Constituição de 1988, que alterou o conceito de Patrimônio Histórico Cultural, referenciando-o simplesmente como Patrimônio Cultural, para torná-lo mais abrangente, conforme segue:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outra forma de acatamento e preservação. (Constituição de 1988) (Anexo 4)

Por exemplo, no Capítulo IV da Constituição, que trata das obrigações dos municípios, no Artigo 30, é estabelecido textualmente que compete aos municípios promover a proteção do patrimônio histórico cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. (Anexo 5).

Internacionalmente, o Brasil também se fez signatário da “Carta de Veneza”, de maio de 1964, documento do ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Escritório - que trata do tema no nível mundial, cuja normativa foi resultante do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos.

Elaborada na década de 1960, a Carta de Veneza, consequência do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, representa documento chave da atualidade em termos da ampliação da preservação do patrimônio. Em seu primeiro artigo, a Carta define o termo monumento e diz que ele se estende não somente às grandes criações mas, igualmente, às obras modestas que adquirem, com o tempo, um significado cultural (nesse ponto, o documento

apresenta uma concepção mais ampla do que seria monumento) (COSTA, 2010 p. 47).

Nesse sentido, consideramos necessário ressaltar a importância da citação acima por enquadrar a Capela Senhor do Bonfim, por suas peculiaridades modestas, na condição de monumento histórico como de fato o é.

Não obstante, amparado pela Constituição, foram criados órgãos administrativos que tratam da identificação e preservação do patrimônio Cultural, a exemplo do IPHAN, do CONDEPHAAT e da Divisão de Patrimônio Cultural de Sorocaba, nos respectivos níveis federal, estadual e municipal, havendo que se defini-lo:

- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, uma autarquia federal, criada em 1937, vinculada ao Ministério da Cidadania, responsável pela preservação e divulgação do patrimônio material e imaterial do país;
- CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, é o órgão subordinado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, criado pela lei estadual 10.247, de 1968, que tem por função Identificar, proteger e preservar os bens móveis e imóveis que compõem, ou que podem compor, o patrimônio histórico cultural do estado;
- Divisão do Patrimônio Cultural de Sorocaba – órgão administrativo vinculado ao CMDP – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio, que tem por responsabilidade, entre outras, o levantamento de bens com características histórico arquitetônicas para abertura de processos de tombamento.

Ressaltamos ainda que, de acordo com as leis vigentes, constitucionalmente, a Capela objeto de nosso estudo foi devida e criteriosamente tombada pelo CMDP – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio por se inserir na listagem de monumentos histórico culturais de Sorocaba (Anexos 2 e 3).

2. BREVE HISTÓRICO DE SOROCABA

De modo a compreender às questões relativas a João de Camargo, consideramos que se torna necessário pensar sobre a própria história da cidade de Sorocaba. Acreditamos que um olhar para o contexto de formação e consolidação da cidade possa nos abrir caminhos para reflexões sobre as plurais marcas que conformam a vida e obra de João de Camargo, visto que vários fatores estão relacionados ao contexto que delineou a construção de espaços, culturas e acontecimentos na cidade sorocabana.

Com especial atenção, é nossa intenção apontar alguns aspectos que consideramos importantes sobre a história da escravidão no tempo colonial, visto que esta se relaciona em grande medida ao contexto de criação, expansão e consolidação de cidades e da economia brasileira, confluindo ainda para a conformação de práticas culturais plurais, tais como as que rondavam João de Camargo.

A história da cidade de Sorocaba se remonta a tempos longínquos, perpassando múltiplos aspectos. Fundada oficialmente em 15 de agosto de 1654, com seus 365 anos, Sorocaba é uma região na qual mesmo antes de ser instituída como cidade já abrigava populações diversas, por diferentes motivos. Por exemplo, conforme cita Manfredini (2015), alguns registros nos indicam que a região da bacia do rio Sorocaba já possuía a presença de seres humanos há cerca de 6 a 10 mil anos atrás.

Não obstante, as primeiras aldeias às margens desse mesmo rio possuíram ao longo da história o povoamento de Tupiniquins e Tupis, muito antes mesmo dos colonizadores portugueses chegarem ao Brasil. Conforme apontado, houve um processo de colonização de forma sistemática por parte desses povos, tal como o enunciado abaixo relata.

[...] no século da descoberta havia indígenas transitando por Sorocaba, por um caminho terrestre – fluvial que ligava o litoral Atlântico, onde seria São Vicente, ao Paraguai. A trilha para pedestres, a um exame mais profundo, talvez fosse mesmo em alguns trechos de mato feita pela derrubada de árvores menores provavelmente era o resultado do trânsito em zigue-zague no mesmo rumo, no mato contornando os troncos maiores e nos campos, apenas visando morros e vales à frente” (ALMEIDA 1969, p.15 apud MANFREDINI, 2015, p.14).

Ainda segundo Manfredini (2015, p.14) “Sorocaba era uma encruzilhada por onde passavam os tupis do Tietê, os tupiniquins e guaianazes de Piratininga, os carijós dos campos de Curitiba, os guaranis do Paranapanema e outros guaianazes”. Nesse sentido,

a história de povoamento dessa região se remete a tempos outros, para aquém da colonização do Brasil.

No entanto, sendo marcante ao longo de várias áreas do território brasileiro, o massacre indígena, que decorre no período colonial, levou ao fim esse trânsito de indígenas por aquela região. Em um contexto que ocorre após a colonização, ações do governador Tomé de Souza, junto a União Ibérica, levam a liberação de expedições que caçam e escravizam índios para serem usados como mão-de-obra barata (DINIZ, 2002).

Além disso, tal como aponta Manfredini (2015), essa região também é posteriormente utilizada “pelos bandeirantes paulistas como rota para a caça de índios e pelos tropeiros para a condução de muares até Minas Gerais” (MANFREDINI, 2015, p.15).

Com isso, Manfredini nos aponta ainda que em 1654, quando o bandeirante Balthazar Fernandes construiu a sua casa grande e uma capela na região, havia apenas uma aldeia, ocasionando, então, o desaparecimento dos povos indígenas naquele território. Nesse sentido, conforme nos aponta Petschelies (2012, p. 281), “na partilha de índios provenientes das expedições do Guairá (região hoje localizada no Estado do Paraná), os irmãos André, Domingos e Balthazar Fernandes formaram a base das vilas de Santana de Parnaíba (1625), Itu (1658) e Sorocaba”.

Conforme nos aponta Diniz (2002), a colonização portuguesa no território brasileiro decorreu em primeira instância para defender a costa da nova colônia de invasores. Posteriormente, pensando já no desenvolvimento econômico, em termos de lucro, começaram-se explorações de atividades diversas, como o cultivo de cana-de-açúcar. Com o passar do tempo, diversas áreas paulistas passam a ser ocupadas, sendo a primeira delas São Vicente, em 1532.

Especificamente sobre o sudoeste paulista, Manfredini (2015) nos aponta que este passa a ser povoado com a fundação de Itu em 1657 e Sorocaba em 1661, sendo a primeira habitação na região de Sorocaba estabelecida por Afonso Sardinha em 1589 e os primeiros moradores se estabelecendo apenas em 1646. Assim, podemos dizer que Sorocaba é um município de terceira geração.

Desde a sua elevação a Vila, em 1661, desmembraram-se diretamente do seu território sete municípios. Indiretamente foi matriz de mais de 200 municípios (MANFREDINI, 2015, p.98). Cabe ressaltar ainda que, conforme Manfredini (2015), a cidade se urbanizou por meio da construção de hidrelétricas, pela produção de algodão e pela consolidação da indústria têxtil.

Conforme nos aponta Petschelies (2012, p.280-281), na região onde atualmente

se encontra Sorocaba, antes de ser fundada a cidade, houve inicialmente dois povoados: “Vila de Nossa Senhora do Monte Serrat, no morro de Araçoiaba (atualmente denominado de Morro de Ipanema), que data de 1599, e Vila de São Filipe do Itavuvu, que data de 1611, ambas fundadas em decorrência da busca por ouro e prata na região”.

Além disso, Petschelies (2012) nos relata que a Vila de São Filipe teria sido fundada também para a exploração de ferro na região. No entanto, “as duas vilas não prosperaram durante a espera pela legislação e pela regulamentação da exploração e Sorocaba foi fundada e recebeu o pelourinho que pertencia a São Filipe” (PEITSCHELIES, 2012, p.281).

Não obstante, Peitschelies nos aponta que:

Em 1654, Balthazar Fernandes chegou à região com cerca de 400 índios e alguns escravos de Guiné para povoar suas sesmarias, tendo doado parte dela aos monges beneditinos que construíram, com mão de obra indígena, a Capela de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba (padroeira da cidade) em 1654, e o Mosteiro de São Bento, que já era habitado em 1690 (PEITSCHELIES, 2012, p.281).

Nesse sentido, estabelecendo pontes com a história de João de Camargo, é possível observarmos que há uma grande marca que está na confluência da constituição dessa região com algumas matrizes.

Em primeiro lugar, tal como apontamos no capítulo anterior, João de Camargo advém dessa própria confluência histórica e religiosa, na qual negros africanos são trazidos à força ao Brasil e foram escravizados indígenas de diversas etnias, ambos para obrigados a se tornarem mão-de-obra nos interesses econômicos coloniais.

Não obstante, juntamente a esse contexto político e econômico, há questões religiosas marcantes, que estão no entremeio dessas relações: há os aspectos religiosos de matrizes africanas e indígenas fortemente presentes nas vidas dos escravizados, ao mesmo tempo em que os detentores de poder demarcam a própria tomada de territórios e instituições de suas terras por meio da marcação do sagrado, com a construção de capelas, junto a sua casa grande. Assim, podemos dizer que a pluralidade que discutimos anteriormente, relativa a religiosidade estabelecida por João de Camargo (PROENÇA, 2014, SIMONE, 2018), se configura em meio a esses próprios imbricamentos de culturas, práticas e crenças.

Conforme nos aponta Baddini (2002), a história de Sorocaba também teve significativas transformações urbanas no século XIX. Nesse sentido, Baddini (2002, p.11) nos diz que "a própria concepção de cidade no mundo ocidental se modifica no decorrer

desse século, à medida que se intensifica a industrialização dos centros urbanos".

Assim, tal como a autora aponta, "a cidade passa a representar o lugar da modernidade, espaço de atuação da sociedade industrial e da cultura burguesa" (BADDINI, 2002, p.11). Com isso, a identidade histórica da população dessa região passa a se submeter, tal como em outros lugares do globo, a uma lógica de exploração capitalista.

É durante o Império que Sorocaba firma sua importância econômica e estratégica para o governo central (tanto na instância provincial quanto imperial), tornando-se conhecida como o principal mercado redistribuidor de animais para transporte. Tal reconhecimento afetará não só seu estatuto político e econômico quanto o próprio desenvolvimento urbano, incentivando investimentos em melhorias e a adoção de um estilo de vida equivalente ao de grandes capitais brasileiras. Iniciativas empresariais ousadas, como a organização da primeira fábrica de tecidos da província em 1852 e a instalação da Companhia Sorocabana de Estrada de Ferro em 1870, exclusivamente com capital particular, ilustram a projeção de Sorocaba no contexto da época. (BADDINI, 2002, p.12).

Dessa forma, tal como apontado na citação acima, paralelamente a esse contexto complexo e controverso, pautado principalmente nas questões do capital, há um contexto histórico demarcado pela própria religiosidade da época, que se coloca no início do século XX entre a simplicidade de líderes religiosos, como João de Camargo, que provinha de uma origem humilde, sendo por vezes considerado o ex-escravo bêbado e desempregado, sem nível algum de instrução letrada (SÁEZ, 1998, p.141), e entre as questões mercadológicas que englobam a própria fé, como o turismo e comércio criado em torno da peregrinação Capela Senhor do Bonfim.

Não obstante, podemos ver marcas das relações capitalistas da industrialização na própria constituição de Sorocaba, na qual acontecimentos a nível internacional, principalmente referentes às grandes potências da época, influenciaram a própria organização econômica da cidade, incidindo ainda sobre a sua estruturação, tal como nos aponta Almeida (1968, p.140):

Com a guerra da Secessão dos Estados Unidos, as tecelagens da Inglaterra recorreram ao algodão do Brasil. Até então era cultivado o algodão arbóreo, que dava até três anos. As primeiras sementes de algodão herbáceo foram um selamin (quase quatro litros) que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional enviou a Francisco Gonçalves de Oliveira Machado em 1863. A chácara dele era onde hoje está a fábrica Santa Rosália. O pioneiro, em 1864 ou 1865, construiu uma roda de água no Lageado, a qual inda existia em 1940, no mesmo local do moinho de Baltasar Fernandes, e instalou suas máquinas de beneficiar.

Notamos pelo trecho acima que em um contexto de crise inglesa, em um período no qual a Inglaterra se configurava como potência mundial, Sorocaba se tornou um pólo importante na produção de tecido. Tais questões, dentre tantas outras de contexto similar,

levaram, não só ao cultivo de algodão, como também a demarcação de questões relativas à industrialização na cidade, a partir da construção de fábricas, ocasionando, então, fortes influências capitalistas.

Além disso, marcam-se traços de ocultamento na própria valorização da região sorocabana, na qual, em meio a esses contextos de exportação, passa-se a generalizar a produção brasileira que era reduzida a localidade de seu transporte, realizado no porto de Santos, deixando-se de exaltar a importância territorial da cidade de Sorocaba e seus entornos.

Roberto Dias Batista derrubou sete alqueires de mato em Salto de Pirapora — coisa nunca vista — para plantar algodão. Não vem nos mapas, mas chamou-se o sítio dos 7 Alqueires. Sua máquina era na esquina da rua da Penha com a travessa da Quitanda (Mailasky). As casas vagas, eram alugadas para depósito do algodão. A semente apodrecia fora, e havia reclamações. Algumas dezenas de máquinas a vapor e a água na cidade e chácaras, e os braços ocupados na lavoura do ouro branco. Souza Mursa não os encontrava para o Ipanema. O ciclo do algodão em grande quantidade durou até perto de 1880 e poucos. Era vendido a 3 mil réis a arrôba. Chegando à Inglaterra, o algodão de Sorocaba, o melhor da Província, era apenas o algodão de Santos (ALMEIDA, 1968, p.140).

Todavia, em meio as expansões que decorriam na cidade de Sorocaba e em sua região, também decorria de forma plural o crescimento ao redor do bairro da Água Vermelha, no qual, entre a simplicidade das práticas religiosas e de cura de João de Camargo, realizadas em sua peculiar Capela com marcas sincréticas diversas, decorria também um olhar do mundo para essas questões.

Conforme apontamos, o contexto histórico dessa área de Sorocaba se relaciona intrinsecamente a Capela de João de Camargo que fora incluída na região, habitando uma zona até então periférica, dando visibilidade a ela, e atraindo fiéis de todo o mundo (SÁEZ, 1998), aumentando um fluxo de pessoas até então inexistente para aquela área. Tais questões levaram a modificações na própria conformação desses espaços, visto que se fez necessário investimentos na área em setores hoteleiros e em comércios diversos para atender a demanda de pessoas que visitavam essa região.

Diante das reflexões levantadas, apontamos, então, alguns aspectos centrais. De forma muito marcante, ressaltamos que as próprias relações coloniais embasam a construção, expansão e consolidação da economia nacional, de cidades, de culturas e de religiosidades.

Ao olharmos para João de Camargo, com suas práticas que misturam concepções cristãs fortes de matrizes européias, com aspectos importantes das culturas africanas e indígenas, representadas por diversos povos e modos de entender o mundo,

compreendemos que a configuração de Sorocaba, enquanto uma grande cidade plural, influencia, direta ou indiretamente, sobre as crenças e visões de mundo de nosso personagem central.

Com isso, apontamos que João de Camargo, em meio a um contexto histórico diverso, é influenciado por questões econômicas, sociais, políticas, culturais e religiosas de diferentes origens, e que remontam a sua época.

3. A VIDA E OBRA DE JOÃO DE CAMARGO

João de Camargo é um icônico personagem do século XIX, que, em aspectos plurais, fortalece crenças já existentes, que são demarcadas principalmente pela criação de uma capela, símbolo de sua história, bem como de suas marcas culturais e religiosas.

De forma a compreender tais questões, no presente capítulo nos propomos a pensar sobre três aspectos: a) ao que concerne a memória, ainda que muitas vezes imaginária, sobre João de Camargo, principalmente por formas de se caracterizá-lo em trabalhos acadêmicos e em uma produção cinematográfica; b) a relação entre as esferas sociais sorocabanas e a Capela, enquanto monumento histórico e religioso, que resiste às múltiplas relações sócio-políticas que decorrem ao longo do tempo; c) os fundamentos que se relacionam à Capela e aos modos de interação, ocupação e representatividade desta para com a população local e com o mundo.

Partindo da premissa de que esta se configura como uma relação cultural local e própria, em que se instituem e caracterizam diferentes relações sócio-históricas, no presente capítulo buscamos, então, mapear alguns traços sobre a constituição e desenvolvimento dos aspectos de religiosidade, mediante a própria trajetória de João de Camargo, nos utilizando de diferentes formas de compreender a sua história.

3.1 A MEMÓRIA DE JOÃO DE CAMARGO

João de Camargo Barros nasceu como escravo no século XIX, mais especificamente em 1858, em Sarapuí – SP, região de Sorocaba (SÁEZ, 1998). Sendo filho de escrava, João nasce na fazenda da família dos Camargo Barros. Aos seus mais de 80 anos, morre em 28 de setembro de 1942, misteriosamente um dia após as comemorações místicas dedicadas aos santos Cosme e Damião (CAMPOS; FRIOLI, 1999). Cabe exaltar que João de Camargo representa o arquétipo típico de uma icônica figura afro-brasileira, a saber, o Preto Velho (ANASTÁCIO, 2019), e tal como outros escravos, esse personagem histórico foi liberto pela Lei Áurea, escolhendo a cidade de Sorocaba como sua morada após estar em liberdade.

Conforme nos aponta Anastácio (2019), representando a figura do Preto Velho, que possui lugar de tradição nas culturas africanas, principalmente com a função de manter o sustento das tribos, e que também tem esse mesmo importante papel no contexto

escravocrata brasileiro, João de Camargo é representado no filme “Cafundó”, sendo esta uma produção vencedora de vários prêmios nacionais e internacionais.

O filme “Cafundó” é um filme brasileiro de 2005, dirigido por Clóvis Bueno e Paulo Betti e estrelado, em seu papel principal, por Lázaro Ramos. Foi vencedor no Festival de Gramado de 2005, nas categorias de melhor ator (Lázaro Ramos), melhor fotografia e melhor direção. Esse filme foi vencedor de diversos prêmios no Festival de Gramado, tendo ganhado ainda, o prêmio especial do Júri, na categoria de melhor longa-metragem em 35mm brasileiro. O filme recebeu, inclusive, a menção honrosa do Festival de Los Angeles Pan African Film 2006 (ANASTÁCIO, 2019, p.135).

Conforme nos aponta Proença (2014, p.2), o filme retrata uma documentação da vida de João de Camargo em seus aspectos imaginários, no qual salienta “seus rituais e constitui uma parte importante no momento histórico de Sorocaba e região que vivia o processo de integração dos negros recém-libertados do jugo da escravidão”. Cabe ressaltar ainda que, conforme nos diz Anastácio (2019), no que se refere à produção cinematográfica brasileira, a representação dos Pretos Velhos pouco se destacam, ficando às margens dos personagens considerados principais na obra, sendo largamente aclamados os negros militantes, que são representados com ideais que vão de encontro com o pacífico e conformado Preto Velho.

Há uma série de disparidades no próprio contexto ao qual se filia a história/percurso de João de Camargo. Conforme nos aponta Simone (2018, p.1), o personagem em questão perpassa múltiplos aspectos, que se situa desde um contexto que vai “do Cafundó para o mundo, de escravo bêbado a médico dos pobres, de um ‘zé ninguém’ a um conceituado milagreiro de renome internacional, de um homem simples a tema de escola de samba”². Nesse sentido, João de Camargo acaba “tornando-se uma das personalidades mais populares na região desde o início do século passado” (PROENÇA, 2014, p.2). Simone (2018) nos diz ainda que na visão de muitas pessoas João de Camargo é referenciado como um missionário, compositor, médium, curandeiro, sendo reconhecido por diferentes denominações, tais como médico dos pobres, santo popular, milagreiro, Papa Negro e Preto Velho, todos estes representando-o como uma figura mística. Nesse mesmo sentido, Campos e Frioli (1999, p.31) nos especificam que João de Camargo era:

[...] um negro, "o Preto Velho e bom da Água Vermelha", um negro que refletia em sua pele os sofrimentos e os mistérios das nações africanas e das confrarias do Rosário e de São Benedito; negro que trazia, em seu corpo, as marcas dos navios negreiros, dos eitos e das senzalas; negro que cadenciava seu coração nas batidas

2 Tal homenagem foi realizada em 2003, no carnaval paulista, pela escola de samba “Império de Casa Verde”.

dos atabaques nos batuques dos terreiros, dos calundus e das congadas; e que se deixava levar, em suas meditações, por antigos sons de línguas ancestrais, dos longínquos cafundós do Mali, da Angola, do Lucumi...

Nessas caracterizações elaboradas por diferentes autores, nota-se que há uma demarcação identitária, que se pauta principalmente nos aspectos étnico-raciais desse personagem, a saber, o negro. Em uma múltipla relação entre os contextos culturais, religiosos, ancestrais e constitutivos da personalidade do próprio indivíduo em questão, diferentes autores nos trazem múltiplas perspectivas de João de Camargo, em sua constituição de múltiplas práticas, crenças e afazeres, que demarcam também de maneira plural a sua visão de mundo.

Sobre a vida de João de Camargo, no que se relaciona particularmente ao seu contexto de trabalho, esta se apresenta confusa e necessária, principalmente para compreender a sua jornada como alguém de origem humilde, que ajudava a todos que o procuravam (negros e brancos, ricos e pobres, cristãos, protestantes, ateus, de religiões afro), agindo sempre com sabedoria e destreza. Em um contexto pouco favorável para escravos, por se configurar numa fase histórica pós-abolicionista, João de Camargo se vê em meio a uma constante mudança de empregadores e de trabalhos, atuando, anteriormente ao erguimento de sua Capela, no setor rural, em olaria, em áreas distintas da cozinha (quituteiro, cozinheiro, etc.) e operário de um jornal (SÁEZ, 1998).



Figura 1 – Foto frontal da Capela de João de Camargo – Fonte: PADILHA, 2019.

Legenda: Na foto é mostrada uma visão frontal da Capela de João de Camargo. Nota-se o estilo inspirado no barroco, característico das construções da época, principalmente no que se remete a igrejas e demais

construções religiosas. Observa-se ainda em sua fachada as palavras “Oremos a Deus”, em uma alusão ao cristianismo, tendo a sua fachada pintada com cores claras suaves, mais especificamente de azul e branco, em uma possível referência ao céu, ao sagrado, ao divino.



Figura 2 – Vista lateral da Capela. Fonte: PADILHA, 2019.

Legenda: Localizada na Avenida Barão de Tatuí, 1083 – Jardim Paulistano, a qual é retratada na foto acima, a Capela encontra-se atualmente em meio a uma região urbano, em meio a casas e demais construções, em um ambiente que apresenta uma pluralidade de paisagens, que se situam entre o velho e o novo, o histórico e o contemporâneo, e trazem marcas de religiosidades e multiculturalismo.

No entanto, conforme Sáez (1999) nos aponta, diante dos múltiplos percalços de sua vida conturbada, com problemas matrimoniais, visões e vozes atormentadoras em sua mente, com o excesso de alcoolismo e mediante a sua realidade de analfabetismo, o médium³ é colocado em uma posição na qual ele se vê impossibilitado de ganhar o seu próprio sustento.

De modo a compreender como se configura a própria relação da sociedade de Sorocaba com a religião e com a capela em questão, procuramos nos debruçar na próxima seção sobre como esta se constituiu e se instituiu como elemento cultural e religioso local sorocabano.

3 De acordo com o dicionário online “Dicio”, podemos entender por médium a “pessoa que, segundo o espiritismo, tem a capacidade de se comunicar com os espíritos, com pessoas que estão morta” ou ainda como a “pessoa que, supostamente, possui dons ou capacidades para perceber ações, situações ou coisas sobrenaturais” - Disponível em: <https://www.dicio.com.br/medium/>. Acesso em: 28 de novembro de 2019.

3.2 A CAPELA E A SOCIEDADE SOROCABANA

Dentre os seus feitos mais emblemáticos, João de Camargo construiu, no início do século XX, na cidade de Sorocaba, a famosa Capela Senhor do Bonfim (PROENÇA, 2014, SIMONE, 2018). Nesse percurso, se torna ainda importante salientar que “este processo abrange os cultos religiosos, procissões e homenagens realizadas a longo de muitos anos por devotos e admiradores” (PROENÇA, 2014, p.2). Assim, conforme Proença (2018) nos aponta, na cultura local, João de Camargo é considerado um homem santo e suas crenças têm atraído cada vez mais novos seguidores, sendo que esses devotos creem e se dizem testemunhas de seus milagres.

De acordo com Sáez (1998) e Simone (2018), há uma articulação plural de elementos africanos, católicos e espíritas, com alguns traços de protestantismo e de alguns processos religiosos brasileiro remetentes ao século ao qual este personagem vivenciou. Dessa forma, João de Camargo respeita diferentes crenças, tendo Deus acima de tudo. Sobre a capela, Simone nos diz que:

Já a Capela construída traduz todos esses elementos, os quais podem ser comprovados desde o tipo de construção, formato e cores do chão até o teto, bem como a imensa profusão de imagens que a preenchem. Imagens de todos santos católicos, bem como das religiões afros podem ser vistas em seu interior, e, atualmente é possível encontrar até algumas imagens de entidades orientais, tais como Sidarta Gautama (conhecido como Buda) (SIMONE, 2018, p.1).

Sobre a pluralidade que levou João de Camargo a tal visão de mundo, Sáez (1998) nos indica que a própria história desse personagem é composta por diferentes instâncias, que caracterizam sua forma de pensar e de atuar durante a sua vida. Primeiramente, é importante dizer que João de Camargo era filho de uma escrava que lhe ensinava como usar ervas para a cura de diversas doenças, noções estas que são expandidas com o seu contato com outros escravos. Não obstante, os “donos” de João de Camargo o iniciaram no catolicismo, o que explicaria suas falas com marcas dessa religião e termos latinos deformados (SÁEZ, 1998). Assim, tal como nos aponta Simone (2018), se por um lado João de Camargo teve fortes influências de religiões de matriz africana, aprendendo rezas e curas com ervas passadas por gerações, por outro, há uma vertente católica forte, na qual, em contraste com a primeira, também demarca a sua subjetividade.



Figura 3 – Sincretismo religioso da Capela de João de Camargo. Fonte: PADILHA, 2019.

Legenda: Se pelo lado de fora a Capela de João de Camargo muito se assemelha às construções cristãs, tais como igrejas, em seu interior encontramos uma grande diversidade de crenças. Observa-se dentro da Capela diversas imagens de santos católicos que se contrastam principalmente com imagens de entidades da Umbanda e do Candomblé. Na foto, destaca-se a imagem de Cristo e de um santo católico em meio a entidades diversas de religiões de matriz africana. Dessa forma, Bom Jesus da Lapa representaria, em sua forma sincrética, o orixá denominado Oxalá.

Em seu livro, Campos e Frioli (1999) nos apontam que, diferentemente do que se esperava a respeito de sua morte, a popularidade que cerca o místico João de Camargo aumenta considerável e progressivamente após o episódio de seu falecimento, sendo a sua morte um acontecimento de grande comoção e que consagra-o, bem como exalta a importância de sua Capela.

A devoção, que havia muito despertara, desde o início do século, em vez de se dissipar com sua partida, muito ao contrário, começou a crescer: após sua morte, não apenas sua capela, mas, também, seu túmulo, no cemitério, locais de seu culto, foram palco e testemunha do aumento contínuo do número de seguidores, pelos quais foi sempre tratado com profundo respeito místico-religioso, dentro das diferentes correntes que o multifacetado sincretismo brasileiro originou (CAMPOS; FRIOLI, 1999, p.15).

O contexto que ronda a construção da capela se deu após uma visão, um mito de revelação, no qual, em uma noite lhe foi dito por vozes que lhe guiaram em suas ações durante toda a sua vida, que ele seria o escolhido dentre os negros para mostrar ao mundo o poder de Deus (SÁEZ, 1998, CAMPOS; FRIOLI, 1999, SIMONE, 2018). A partir dessa visão, houve profundas mudanças em João de Camargo, levando-o a construir uma capela, na qual ele:

[...] se tornou um líder místico e carismático de interpretação de mundo, papéis históricos catalíticos, em proveito de seu povo negro e de seus seguidores de todas as origens étnicas, permitindo-lhes uma inserção equilibrada nas lentas acomodações culturais do meio social em que viviam, nesse início de século de grandes mudanças e de tremendos desajustes no país (CAMPOS; FRIOLI, 1999, p.15-16).

A capela foi então erguida no ano seguinte a essa mensagem espiritual recebida pelo médium, mais precisamente em 1907, em um terreno que lhe foi doado por seu primo Pedro de Camargo e sua esposa Maria Rosa (SIMONE, 2018). Conforme nos aponta Simone (2018), para a construção da capela vieram recursos de distintos lugares e esta construção se deu em meio a um complexo que posteriormente veio a ser uma vila povoada por diferentes pessoas.

Nesse sentido, tal como aponta Sáez (1998), a capela começa inicialmente modesta, sendo ampliada com o decorrer dos anos, alcançando dimensões consideravelmente grandes. A inserção da capela naquele lugar não apenas se coloca como um marco religioso, mas modifica o seu próprio entorno, ao passo que se criou um arraial ao seu redor, no qual houve uma relativa mudança paisagista, que abrange a construção de abrigos para os fiéis peregrinos, dentre outras coisas que pudessem atender aos religiosos que ali visitavam. O acúmulo decorre, assim, em termos de capital cultural e histórico, no qual se aglomeram centenas de fotos que documentam a vida de João de Camargo e a própria história local do povo sorocabano que vive/viveu naquela região (SÁEZ, 1998).

Nesse sentido, Sáez (1998, p.141) nos relata de forma detalhada o contexto de construção da capela:

[...] a "profetização" aconteceu numa noite em que o ex-escravo cai bêbado junto a uma cruz mortuária. Um busto luminoso de mulher aparece a ele, lhe exorta a abandonar a bebida e a subir a Serra de São Francisco, onde lhe espera uma revelação [...] e no meio da noite presencia três aparições: um menino branco, uma mulher parda e um homem preto. O menino, de uns cinco anos, vestido à marinheira, loiro e de cabelos encaracolados, pergunta a João se não o conhece. A mulher parda faz a mesma pergunta e se identifica como "aquela que todos os anos o povo acompanha, de Aparecida à cidade e da cidade à Aparecida". Depois, aparece um negro velho, de chapéu de palha, que lhe diz: "Tu hás de ser aquele de nossa cor... escolhido para mostrar ao mundo o poder de Deus". O negro velho desaparece então, para voltar a aparecer, mas agora vestido de frade. João, que o tinha visto nos altares da igreja, o reconhece: "Esse é São Benedito". De novo o menino, usando uma espécie de vara mágica, lhe mostra a Igreja que deverá fundar. Finalmente, aparece o espírito de Monsenhor Joao Soares do Amaral - um venerado bispo de Sorocaba, morto quando atendia às vítimas da epidemia de febre amarela em 1900 - que lhe ordena a voltar à sua casa, prometendo acompanhá-lo no futuro.

Foi a partir dessa visão que João de Camargo inicia a construção de sua capela, principalmente com dinheiro proveniente de uma festa de São João. Muito antes dessa profecia, João de Camargo já atuava como benzedor, porém, apenas no ano de 1907 assume isso como prática integral de sua vida. São várias as versões sobre a profetização, sendo que em algumas delas se encontram relatos que se referem aos espíritos, que se comunicaram com João de Camargo, como anjos que lhe entregou a “água abençoada” e lhe ordenou que curasse outras pessoas que necessitam de amparo (SÁEZ, 1998).

Nessa direção, diante de todo esse percurso e do contexto histórico no qual João de Camargo se insere e ao mesmo tempo influencia, é possível compreender que há uma ação direta sobre a própria sociedade sorocabana no período em que o médium viveu e em que realizou as suas obras, sendo que tal relação também se dá posteriormente à sua morte, pois tal como Campos e Frioli (1999, p.16) nos indicam:

Cumprindo sua missão profetizada, João de Camargo fez, com sua bondade, intensas transformações culturais no espaço em torno de sua capela, o que lhe acarretou uma fama que se estendeu para o resto de sua cidade, espalhou-se pela região e para além das fronteiras dos estados e do país: um babalorixá, um curandeiro, um guru, enfim, um sacerdote negro, que engendra e faz surgir uma devoção capaz de gerar peculiar sincretismo religioso, perpetuando-se em uma forma de culto que se expande desde seu início, e vai se diversificando em várias linhas, que permanecem até hoje ligadas entre si, em torno de sua presença espiritual.

A Capela Senhor do Bonfim está no bairro Jardim Paulistano, e o túmulo de João de Camargo foi construído no Cemitério da Saudade, como uma réplica modesta da própria capela. Estes são indícios de um uma construção histórica, realizada na cidade de Sorocaba, interior de São Paulo, em que “se constitui em um cotidiano de práticas de cura, de cerimônias religiosas simples e de comemorações de algumas festas de calendário religioso popular ligado à ‘Igreja negra e misteriosa, como ele a chamou em seu primeiro sermão” (CAMPOS; FRIOLI, 1999, p.16). Não obstante, cabe ressaltar que, de um contexto tão simples e local, a fama de João de Camargo se expande, sendo seus feitos difundidos por todo o mundo, chegando inclusive a Europa (SIMONE, 2018).

Em termos de sua relação com a comunidade, desde os seus primeiros trabalhos de cura, realizados no início do século XX no bairro da Água Vermelha, João de Camargo “foi reconhecido por seus seguidores como uma pessoa especial, um espírito elevado, alguém com dons muito peculiares e com bondade e sabedoria” (CAMPOS; FRIOLI, 1999, p.18), sendo até na atualidade reconhecido como tal por seus devotos e por aqueles que admiravam e estudavam seus feitos. Cabe ressaltar que a relação dos moradores desse

bairro com as questões religiosas colocadas por João de Camargo é constituída pelo próprio contexto histórico de sua conformação, visto que esta povoação se deu mediante a construção de sua capela, que resultou no povoamento de um bairro que até então era considerado periférico (SÁEZ, 1998).

Sobre o que se sucedeu com a capela anos mais tarde, Simone (2018) nos relata ainda que, após a morte de João de Camargo, a Capela Bom Jesus do Bonfim permaneceu inativa por cinco anos devido a questões judiciais, que se pautavam na partilha de bens exigida por sua ex-esposa. Após a abertura, a capela passa, então, a ficar sob a direção da Associação Espírita Beneficente Capela Senhor do Bonfim, que cuida do espaço, atualmente tombado, bem como se incumbe de manter a obra de João de Camargo viva. Cabe observar ainda que a Capela já era afiliada à Associação Espírita desde 1921 e, após a morte de João de Camargo em 1942, a referida Associação passou a gerenciá-la.

Diante dos relatos apresentados, podemos apontar que a vida de João de Camargo se configura como extremamente modesta, na qual ele se dedica de forma integral ao seu ministério a partir das revelações espirituais que recebeu. João de Camargo não se casou ou deixou descendentes após a sua relação permanente com a religiosidade. Sua morte foi comentada de forma abastada pela imprensa local em 28 de setembro de 1942. Com um velório que paralisou e fechou as portas da Igreja Católica, na qual o mesmo frequentou em vida, João de Camargo nunca foi esquecido, sendo seu túmulo colocado como lugar de culto, constituído de um corredor que possibilita fiéis realizarem visitas. Assim, tal como Sáez (1998, p.142) aponta, “o líder religioso que começou sua carreira no culto roceiro das almas, foi por sua vez convertido pelo povo devoto em corpo santo”. E foi assim que João de Camargo se tornou um ícone religioso do interior paulista, francamente lembrado até os dias atuais.

3.3 - OS FUNDAMENTOS DA CAPELA E SUA OCUPAÇÃO SOCIAL

Sobre alguns fundamentos que embasam a visão de mundo de João de Camargo, cabe inicialmente dizer que ele era social e culturalmente desqualificado, devido ao que lhe era atribuído. Não alfabetizado, pobre, bêbado... tais caracterizações o comparavam, em certa medida, ao personagem bíblico Isaías, que se coloca como mero instrumento da vontade de Deus (SÁEZ, 1998). Conforme Sáez nos aponta:

João de Camargo teria recebido exclusivamente o espírito do menino Alfredinho, que morrera criança, arrastado por um cavalo, mas que na prática de Camargo não se distinguia claramente do espírito de Monsenhor Amaral. Passa depois a receber inspiração de espíritos mais elevados, de santos, e posteriormente do Espírito Santo e até de Deus. No auge de sua carreira, Deus é substituído pela "Igreja", urna vaga entidade superior Aquele, que englobava a totalidade dos santos, Deus e as Almas. Do catolicismo menor ao maior, passando pelo espiritismo, Camargo - beato, médium e, enfim, santo - passa a encarnar aquela mesma totalidade que reuniu na fantástica composição do seu templo (SÁEZ, 1998, p.143).

Afirmção muito semelhante também é colocada por Simone (2014), que indica esse mesmo movimento de unidade e sobreposição da igreja perante as outras entidades sagradas, em um momento em que se parece caminhar para uma possível união do sagrado para dar um caráter de unidade e autoridade no dizer de quem os representa.

Não apenas a espiritualidade de João de Camargo se coloca como múltipla, mas as próprias descrições do ritual que era realizado em sua capela para fins de consulta também assumem aspectos diversos. Com rituais diversos, que ficavam no entremeio das práticas católicas e espíritas, João de Camargo atua de diferentes maneiras.

Uma das fórmulas mais habituais era, ao que parece, a recepção de uma variedade de espíritos dentro de um espaço fechado - no lugar que corresponderia ao presbitério num templo católico - que ele chamava de "Trado", ao tempo que os consulentes esperavam fora. Junto com as bênçãos e a Água milagrosa - há uma fonte no interior do templo - os devotos recebiam um remédio, habitualmente uma folha (de figueira, a julgar pelas que se reparte matualmente) que deveria ser usada ou como chá., ou em contato com a parte doente, ou sob o travesseiro, etc. (SÁEZ, 1998, p.143).

Assim, conforme nos aponta Sáez (1998), mediante práticas simples e de relatos de suas obras de cura, foi se construindo a fama de João de Camargo, atraindo cada vez mais fiéis. Nesse sentido, as terapias do médium eram puramente espirituais e causavam comoção e fé a cada caso resolvido. Praticadas em contextos simples, sem se voltar a casos complexos ou grandes cerimônias, as práticas de cura de João de Camargo se disseminam e foram para além do público local, atraindo uma grande quantidade de peregrinos de diversas regiões do território nacional, atendendo até mesmo por correio fiéis de outros países, das mais diversas partes do mundo. Com isso, as práticas de Camargo cada vez mais se popularizaram e se colocavam ora numa dimensão mais esotérica, fechada, ora em aspectos mais públicos, sendo amplamente disseminadas.

No lado público, [...] se integrava no universo festivo do catolicismo da roça: o arraial criado em volta do templo era um lugar privilegiado para a celebração das festas católicas tradicionais. No âmbito esotérico - o que seria tentador ver como a face africana do culto - Camargo desenvolvia uma atividade constante, sozinho ou em companhia de seus acólitos, no próprio templo ou em viagens, por vezes longas, até as serras ou ao mar. O conteúdo desse endo-ritual, mantido em segredo, seria

difícil de definir - e não será aqui que o tentaremos, porém cabe dizer que parecia dedicado prioritariamente a elaboração do próprio templo, a busca ou a fabricação dos objetos sagrados. Cada elemento do culto é o produto de um trabalho ritual, desde o nome da banda musical do templo - Banda 5 - e os dobrados que ela interpretava (escritos por Camargo qua médium) até os santos (o próprio Camargo fabricou alguns deles; a compra e a instalação dos que foram depois comprados também eram decididos por consulta espiritual) até as pedras colocadas em vários lugares do templo, que foram objeto de longas procuras (SAÉZ, 1998, p.144).

Nesse sentido, podemos dizer que os fundamentos religiosos de João de Camargo se pautavam principalmente no sincretismo, que se demarca pelos objetos, decorações, imagens e na própria construção da capela. Conforme nos aponta Simone (2014, p.1), “sua religião articula elementos africanos, católicos e espíritas, com um toque de protestantismo e reproduz em escala reduzida os processos religiosos do Brasil no século XIX”. Podemos dizer ainda que, quanto aos tipos de crenças e cultos existentes dentro da capela, embora tivesse seus dogmas e crenças próprias, João de Camargo se mostrava muito aberto a outras crenças, tanto que chegou a permitir e a participar de cultos protestantes realizados em sua capela por pessoas de sua comunidade, muito embora tais cultos não tenham sido realizados por muito tempo (SIMONE, 2018).

Diante de tais traços marcantes de sincretismo, podemos apontar que a construção da capela perpassa vários aspectos, que vão desde um estilo barroco da construção, até as imagens de santos católicos alternadas com retratos e outros elementos da Umbanda e do Candomblé.



Figura 4 – Imagens de santos católicos. **Fonte:** PADILHA, 2019.

Legenda: Na imagem vemos a parte da Capela na qual os fiéis ofertam donativos para colaborar com a manutenção desse espaço sagrado. Observa-se na foto uma série de imagens ligadas ao catolicismo, com diferentes santos reconhecidos pela igreja católica.



Figura 5 – Imagens Católicas e de Iemanjá **Fonte:** PADILHA, 2019.

Legenda: Observamos nesta imagem entidades de diferentes matrizes religiosas. Destaca-se uma série de imagens, trazidas por fiéis, de Yemanjá, orixá tradicionalmente reconhecido como Rainha das Águas e popularizado no Brasil principalmente pela Umbanda.

Sobre o templo, Sáez (1998, p.144-145) nos diz que:

Nada o distingue, por fora, dos templos católicos; mas o interior apresenta uma exuberância avassaladora - não há como fugir do barroco ao descrevê-lo. Uma fonte, telhas, conchas marinhas, móveis coloniais e lâmpadas coloridas sobre as imagens de gesso. Uma cadeira vestida com um pano branco da qual pendem até o chão duas fitas vermelhas. Os muros revestidos de pedras. Cabeças de cera e folhas de figueira, papéis com rabiscos semeados pelos altares. Poucos limites são tão frouxos quanto o deste conjunto de objetos sagrados. Retratos nos muros: de médicos, de voluntários da Revolução de 32, de confrades do Rosário dos Pretos, do Marechal Floriano, de Getúlio Vargas, de João Paulo II, de - Iemanjá. Em um quarto no interior, abandonada, uma pequena henna de Mussolini; em outro, uma figurinha de Mozart; talvez ainda sobrem por aí os retratos de Sacco e Vanzetti, de quem falou, muitos anos um cronista. Sobretudo os santos, essa legião de imagens que as centenas ou talvez aos milhares enchem muros, armários, estantes, hornacinas em hierarquias ou em esquadrões compactos. Nela tem sua maior expressão, segundo opiniões, o delírio, o apurado gosto, o bárbaro esplendor ou a bizzarria do templo.

Além disso, Simone (2018) argumenta que a capela possui algumas práticas que

demarcam essa relação com traços de africanidade, mesmo que contrastada com distintos aspectos católicos. Por exemplo, Bom Jesus do Bonfim é representado na religião de matriz africana por Oxalá. Na construção da Capela há sete portas, que se remetem a Linha das Almas, mais precisamente aos Pretos Velhos (CAMPOS; FRIOLI, 1999). Além disso, Campos e Frioli (1999) nos relatam que na construção da Capela e em seus rituais, João de Camargo se utilizou de pedras brancas e pretas, representativas das cores do orixá Omulú/Obaluaiê. O médium também dedicava cada dia a um santo, tal como o calendário africano.

Nesse sentido, conforme nos aponta Sáez (1998), com preceitos que se pautam no sincretismo e afetam o entorno do próprio templo, dialogando com o mundo, João de Camargo dedica a maior parte do seu tempo para a construção e ornato da Capela. Não obstante, tal como Simone (2014, p.18) nos diz, “a partir daí, o mito João de Camargo ganha cada vez mais forma, quando começou a construir a sua Capela, sua consolidação perante a sociedade sorocabana como milagreiro”. Com isso, a Capela se coloca como ponto central da profecia, que levou esse personagem religioso a assumir uma importância histórica ímpar, pautada na reunião de credos e crenças de formas singulares, e que nos remetem a uma culturalidade múltipla, reconhecida até os dias atuais pela sua personificação histórica.



Figura 6 – Imagem interna da Capela de João de Camargo. **Fonte:** PADILHA, 2019.

Legenda: Na foto é mostrada uma visão central do interior da Capela. Nota-se toda a sua arquitetura, própria da época em que foi construída, além de uma marcante pluralidade. Observamos também o planejamento de toda a sua construção, marcada por características diversas, que agregam traços do espiritismo, de religiões africanas e do catolicismo. Tais traços vão desde o tipo de construção até ao formato e as cores do chão e do teto da Capela. Por exemplo, as pedras colocadas em seu chão, brancas e negras, foram cuidadosamente procuradas e colocadas por João de Camargo para representar Omulú/Obaluaiê, importante orixá que possui forte ligação a morte.

Tal como nos apontam Campos e Frioli (1999), após a sua morte, os cultos em sua Capela, em seu túmulo, enfim, em tudo o que representa a religiosidade de João de Camargo, se tornam ainda mais presentes, transformando-o em um mito que vai para muito além dos entornos de sua própria construção religiosa.

4. A CAPELA NA ATUALIDADE E A URBANIZAÇÃO DE SOROCABA-SP

De forma a compreender como se constitui a importância da religiosidade de João de Camargo, buscaremos no presente capítulo descrever brevemente sobre como se constitui o processo de urbanização sorocabano, bem como os aspectos sobre os quais a sua Capela se configura como um monumento histórico e religioso da cidade. Para isso, nos filiamos principalmente a dois momentos.

Primeiramente, buscamos abordar sobre a descentralização da industrialização e como as religiosidades influenciam aspectos políticos e econômicos na conformação dos contextos da cidade de Sorocaba. Em um segundo movimento, buscamos trazer alguns aspectos que colocam a Capela como um importante marco histórico de pluralidade cultural, tanto a nível local, quanto ao próprio contexto colonial, em seus aspectos mais amplos.

4.1 A Capela, a urbanização e o cotidiano de Sorocaba

Tal como apontado no trabalho de Badinni (2002), pensar sobre a história do estado de São Paulo se remete a um contexto que vai muito além daquele amplamente explorado, o da capital, ou seja, da cidade de São Paulo. Compreender como se configura a urbanização de outras cidades, tal como importantes regiões como a de Sorocaba, nos permite remontar amplos aspectos. Os caminhos que remontam a história sorocabana se configuraram em aspectos múltiplos, nos quais abrangem questões culturais, socioeconômicas e políticas diversas, que se relacionam a uma dada época e cultura. Dentre as diversas marcas podemos citar o tropeirismo, a expansão do comércio e da indústria no decorrer dos anos (BADINNI, 2002), dentre tantas outras, nas quais podemos apontar também a própria conformação de grupos culturais e religiosos.

Conforme nos aponta Frey (2011), a consolidação da região de Sorocaba enquanto pólo econômico e a ocupação populacional de sua região decorre sob dois aspectos importantes: a) o período de concentração econômica na região, que abrange o final do século XIX e o início do século XX, sendo este um momento histórico de estabelecimento do núcleo urbano da cidade, no qual foram melhorados aspectos

infraestruturais e em que se mudou de um aspecto mais comercial para um contexto mais industrial. b) um segundo período, no qual, entre as décadas de 1970 e 1990, ocorre um processo de expansão urbana e industrial no interior do estado, decorrendo aglomerações urbanas e migrações dentro do próprio território paulista. Nesse sentido, tal como aponta Frey (2011, p.46):

A região de Sorocaba reserva em sua história processos que a diferenciam de outros importantes centros do interior paulista no que diz respeito à sua constituição e desenvolvimento. O povoamento de Sorocaba e seu entorno inicia-se, ainda que de forma precária, no final do século XVI pela busca de minério de ferro e outros metais na região onde hoje encontram-se os municípios de Araçoiaba da Serra e Iperó. A expansão do processo de ocupação dar-se-ia em meados do século XVII, quando se intensifica o movimento Bandeirante paulista com adensamento do território pela fundação de vilas e apresamento indígena.

Além disso, Frey (2011) também nos aponta que a localização de Sorocaba rumo ao sul do estado e o tropeirismo se colocam como marcantes na conformação dessa região.

Sobre essa mesma questão, Silva (2010) nos diz que na década de 1870 a cidade de Sorocaba era em sua maior parte rural e sua economia dependia da Feira de Muares, uma espécie de comércio de animais ligado ao tropeirismo. Com tal modelo econômico considerado já rudimentar para a época, a região Sorocabana se distanciava da modernização que infligiu outras cidades do Brasil. Com um movimento político liderado por maçons naquele momento, novas formas de mercado e profissões diversas começam a emergir, modernizando a cidade. Tal modernização se ligava ao:

[...] fim da mão de obra escrava, construção da estrada de ferro, o plantio de algodão, a instalação de novas indústrias, a implantação do regime republicano, o replanejamento do espaço urbano e a ênfase na educação como instrumento de legitimar suas ações modernizadoras (SILVA, 2010, p.242).

Não obstante, Silva (2010) nos aponta ainda que na segunda metade do século XIX Sorocaba passa por um processo de modernização que se acentua em um entremeio político. Tais mudanças levam a um novo planejamento da cidade, findando a mão de obra escrava com o estabelecimento de empregados assalariados, ao passo em que se acentuou a industrialização e o estabelecimento da República. Nesse mesmo sentido, a religiosidade, imbricada com questões políticas da época, influenciam também às questões relacionadas à educação, surgindo então a Escola Protestante de confissão Presbiteriana (SILVA, 2010). Conforme nos aponta o autor:

Segundo a perspectiva adotada neste trabalho, esta escola manteve relações de poder com vários campos sociais, pois sua proposta vinha ao encontro dos ideais modernizadores e republicanos postulados pela elite sorocabana, formada por maçons, comerciantes, industriais, negociantes, professores, intelectuais e outros, que via a educação como instrumento capaz de solidificar os seus ideais [...] o presbiterianismo em Sorocaba não somente disputou o campo religioso, mas também o educacional, e para tanto, posicionou-se politicamente (campo político) optando por legitimar os ideais de matriz republicano-maçônica (SILVA, 2010, p.7).

Cabe ressaltar ainda que o crescimento e expansão mencionados não se deram de maneira linear ao longo dos anos que antecedem e sucedem a virada para o século XX. Tal como relata Carvalho (2004), também houve períodos de instabilidade, no qual a região de Sorocaba também teve seu crescimento prejudicado. No entanto, tão logo esse crescimento foi retomado, tal como apontado pelo autor:

Sem dúvida aqueles anos iniciais do século XX foram auspiciosos para o crescimento econômico da cidade. Com efeito, Sorocaba já se inseria num contexto de industrialização que se adensava desde a década de 1890, caracterizado pela instalação, em especial, de indústrias têxteis. Houve um certo refluxo durante os anos de 1897 e 1904, por conta de instabilidades no cenário internacional, bem como pela crise de superprodução do complexo exportador cafeeiro (significando a baixa nos preços do café), e da difícil situação financeira do Estado brasileiro. Contudo, a partir de 1905, o ritmo de crescimento é retomado (CARVALHO, 2004, p.205).

Diante desse cenário, observamos que o processo de urbanização sorocabano se instituiu em meio a uma série de questões políticas e econômicas que se relacionam diretamente ao religioso, de forma com que ocorreram transformações no modo de organização política, social e econômica da cidade, além de influenciar fortemente em relação à sua infraestrutura.

Na atualidade, conforme nos aponta Manfredini (2015), houve vários investimentos na infraestrutura da cidade, impulsionados pelo processo de urbanização e industrialização decorrido em Sorocaba ao longo do século XX, em consonância a um movimento nacional e global de crescimento das cidades, principalmente em relação ao descentramento das atividades industriais de grandes cidades, levando por consequência à migração populacional intra e interestadual.

O crescimento industrial demandou investimentos em estrutura, que foram destinados à construção de rodovias e para a melhoria da urbanização. Além dos impactos ambientais inerentes às indústrias e obras civis, a cidade presenciou um aumento considerável de sua população derivado da migração de pessoas de outras cidades e estados. No início da década de 1980, estabeleceu-se uma política de desconcentração industrial da Grande São Paulo que resultou em um agrupamento de indústrias do setor metal-mecânico na região (MANFREDINI, 2015, p. 95).

Além disso, também houve nessa época mudanças nos tipos de indústrias ali existentes, além do fato de que depois da década de 1970 as indústrias passaram a se localizar próximas a rodovias, indo em um movimento contrário aos anos anteriores, no qual se buscava instalá-las próximo a ferrovias. Com isso, novas vilas de operários surgem, constituindo loteamentos de baixa renda (MANFREDINI, 2015).

Em meio a tais questões, a Capela do Senhor do Bonfim, surge, então, em contextos amplos. Em um contexto de expansão e urbanização da região sorocabana, principalmente por meio da despolarização das questões econômicas relacionadas à capital paulista, a religiosidade de João de Camargo agrega valores cristãos do catolicismo às práticas de cultos africanos.

Em um paralelo de diferentes costumes, podemos dizer que se por um lado a configuração e expansão sorocabana se deu por meio de origens e contextos capitalistas/industriais que permearam fortes influências maçônicas, por outro, a pluralidade da Capela de João de Camargo abre espaços para o crescimento e visibilidade do bairro da Água Vermelha.

Em relação a contemporaneidade, conforme nos aponta Burgos (2015), há um intenso processo de valorização espacial, pautada pelos setores imobiliários e de construção civil, processo este que tem se tornado comum nas cidades paulistas de médio porte. Nesse sentido, Sorocaba, que se situa a 100 km da capital e com cerca de 600 mil habitantes, consolida a partir de 2014 como região metropolitana, reunindo 26 municípios, com um total de 1,8 milhão de habitantes na atualidade.

Sendo um processo inerente ao espaço urbano, a cidade de Sorocaba se caracteriza por contradições e desigualdades, pois “dentre inúmeras contradições, destaca-se aqui a relação conflituosa entre valorização e segregação, entre as promessas e investimentos rumo às possibilidades de uma cidade” (BURGOS, 2015, p.150). Tais desigualdades se constituem em relação à lógica capitalista, “que dilacera os fundamentos próprios do direito à cidade, com primazia dos espaços públicos e redução das desigualdades socioespaciais” (BURGOS, 2015, p.151).

No entanto, mesmo com as dualidades e questões que envolvem a constituição e desenvolvimento da cidade de Sorocaba e de sua região, ressaltamos que a capela de João de Camargo resiste aos tempos, como patrimônio histórico e cultural da região.

Mesmo com as disparidades e cenários conturbados que conformam o desenvolvimento e o delineamento da região, a religiosidade ali estabelecida ainda atrai

curiosamente fiéis diversos e se coloca como âmbito de contemplação da história, cultura e religiosidade sorocabana. Por isso, abordaremos na próxima seção um pouco sobre a importância da Capela enquanto monumento histórico e religioso.

4.2 A Capela como monumento histórico religioso

A Capela do Senhor do Bonfim, mesmo depois de ter sido reconhecida e sendo amparada legalmente pelo Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Sorocaba, ou seja, sendo tombada apenas pelo município, tornou-se um local muito visitado pelos seus fiéis devotos.

Ao longo dos anos, as pessoas frequentam a Capela em busca do divino, do sagrado, de seu espaço calmo e tranquilo que ela oferece a quem busca encontrar-se com momentos de fé e religiosidade. Nesse sentido, a Capela se configura como uma estrutura que tem como essência “paralisar o tempo”, fazer com que as horas se tornem únicas, esquecendo do tempo que se procede na vida cotidiana do lado de fora de suas estruturas.

Na sua totalidade a Capela faz parte do cotidiano da cidade, bem como da população, por ser um local que se colocou ao longo dos tempos como apropriado pelas pessoas que a visita e a conhece, utilizando dos seus espaços sagrados para as realizações de práticas religiosas, além de ser considerada como uma referência a memória espacial, histórica e religiosa encontrada na região sorocabana.

Os devotos de João de Camargo na cidade de Sorocaba se colocam, então, como sujeitos que participam da constituição de um espaço a ser considerado sagrado: a Capela de João de Camargo. Esse espaço se torna sagrado pelo fato de que uma considerável parcela da sociedade assim a reconhece. Além disso, tal reconhecimento se vincula ao fato de que a Capela carrega em sua construção memórias materializadas naquele espaço, constituído como patrimônio histórico e reconhecido como pertencente à sociedade sorocabana.



Figura 7 – Um espaço de fé e contato com o sagrado. Fonte: PADILHA, 2019.

Legenda: Nota-se na imagem acima a pluralidade da Capela de João de Camargo. Neste espaço registrado, observamos que, ao mesmo tempo em que há uma série de imagens de caboclos, entidades típicas da Umbanda, são colocadas frases em placas que se remetem a Deus e a oração como forma de contato com ele, ressaltando a necessidade do silêncio como forma de respeito. Observa-se ainda a imagem de Yemanjá ao fundo. No cesto, há folhas de magnólia que servem para beber e tomar banho, conforme João de Camargo receitava a quem precisava de cura.

Com isso, a Capela de João de Camargo, para muitos que a conhecem e são devotas dela, se configura um espaço sagrado. Nesse sentido, conforme salienta Moltmann (1993, apud COSTA, 2014, p.32):

O espaço sagrado é sempre um espaço demarcado. O tememos o delimita de outros espaços. Através da magia e do ritual, a região santa é protegida do mundo não santo e inimigo. [...] Delimita, desta forma, do mundo profano e caótico, e dele

excluído, o espaço santo, no entanto, está aberta “para cima” para a chegada dos deuses. [...] Espaços santos são como exclusões do mundo, “portas para o céu”, espaços de passagem da qualidade de existência terrena para celeste, da divina para a humana.

Conforme ressalta a citação acima, o espaço acaba sendo delimitado como morada do sagrado, ao mesmo tempo em que não se pode estabelecer uma divisão clara deste com o profano, antecipando a dimensão paradisíaca, no qual o ser humano transcende, experimenta o encontro com o criador e recupera suas forças perdidas da correria do cotidiano. No entanto, particularidades trazem configurações específicas a religiosidade estabelecida por João de Camargo, pois, conforme apontado por autores como Sáez (1998) e Simone (2018), há uma reconfiguração da própria noção daquilo que é considerado como divino.

Podemos compreender a visão de mundo de João de Camargo como uma forma de resistência e de novas formas de adaptação e reconstrução das identidades dos escravos. Sendo retirados a força de vários países da África, que possuíam diferentes crenças e culturas, os escravos no período colonial tiveram que criar novos laços entre si e com uma cultura de matriz europeia na qual estavam sendo forçosamente inseridos. Com isso, novas práticas se configuram nessa dinâmica de reconfiguração sócio-cultural. Podemos compreender essa pluralidade de culturas por meio da passagem a seguir:

A viabilização desses objetivos configurou um conjunto variado de práticas vistas pela Igreja e pelos próprios africanos e descendentes como mágicas, uma vez que estariam sob influências sobrenaturais, tornando-se supostamente eficazes para os fins aos quais se destinavam. Estas práticas envolviam o uso isolado ou combinado de variados ingredientes, como ervas, excrementos corporais, bebidas, líquidos variados, alimentos, que podiam ser ingeridos ou esfregados no corpo, ou postos em lugares como encruzilhadas, rios, igrejas, portas de casas, ou ainda servirem como defumadores. Oferendas e adorações às almas de mortos, proferir palavras e orações, evocando os nomes de Jesus, Maria, outros santos e o próprio Diabo; manter patuás junto ao corpo, denominados de «bolsas de mandinga»; integrar ritos tidos por “cerimônias gentílicas” – os chamados «calundus» –, onde ídolos e outros objetos eram adorados envolvendo um certo número de pessoas. Tais condutas levaram muitos indivíduos, fossem negros ou brancos, a ouvirem resignados suas sentenças nas cerimônias dos autos-de-fé inquisitoriais, tidos todos por bruxos e feiticeiros (CALAINHO, 2004, p.49)

Cabe ressaltar que Florestán Fernandes foi um dos primeiros estudiosos a destacar a vida e obra de João de Camargo, bem como a pluralidade de suas práticas e crenças. Conforme nos aponta Sáez (1998), Fernandes buscava na vida e no templo de João de Camargo as raízes e traços de religiosidade de origem africana. Isso pode ser percebido em vários traços de religiosidade observados por Fernandes, tal como a dedicação da Capela ao Bom Jesus de Bonfim, referência indireta a Oxalá, bem como em

relação a determinações de cada dia da semana a um santo específico, prática que decorreu em referência a algumas religiões de matriz africana.

Nesse sentido, João de Camargo se configurou também como um dos atores que ressignificam e reconfiguram suas crenças, abrindo margens para a criação de práticas outras, que agregam as crenças cristãs ao outrora considerado pagão. Podemos ver tal questão também como uma prática de resistência e de pluralidade, visto que, em meio a pressões e repressões por parte das concepções religiosas europeias, os cultos africanos, que têm origens diversas, resistem e se reconfiguram para existir.

A história das Áfricas é a história dos povos do continente africano, considerando suas diversas regiões geográficas, épocas e grandes reinos ou impérios, como querem alguns historiadores. Buscar autenticidade e legitimidade nessas histórias e culturas pode significar múltiplos recuos que encontrarão tradições diferenciadas ao longo de cada século pesquisado (AVANCINI, 2009, p.136).

Considerando a pluralidade de religiosidades, cultos e culturas que configuraram historicamente o grande continente africano, com organizações sociais e de governo dos povos muito próprias e particulares de suas várias regiões ao longo da história, é necessário exaltar que há um apagamento histórico dessas questões, reprimida principalmente pelos processos de colonialidade. Considerando que para o Brasil foram trazidos uma diversidade de povos de várias localidades africanas, podemos dizer que também houve uma influência diversa de crenças e práticas religiosas, reconfiguradas no cerne do dualismo entre as concepções cristãs européias e as crenças de diversos povos africanos.

Com isso, apontamos que João de Camargo se coloca como um negro, ex-escravo, que estava no entrecruzamento de tais âmbitos, de forma com que a sua visão de mundo pode ser colocada como uma dessas formas de ressignificação e diversidade de práticas e culturas, como um outro modo de se colocar perante o mundo. Se utilizando desses aspetos e ressignificando-os, João de Camargo institui, então, uma religiosidade peculiar, com traços únicos, que se torna consideravelmente importante para a própria história da religiosidade do local em que se encontra.

Diante disso, sua Capela é considerada uma marca histórica que traz consigo um relato vivo da própria relação entre religiosidade, colonialidade, culturas e marcas sociais.

Com tais dizeres, podemos mencionar que a Capela em questão se trata de um monumento histórico e religioso por trazer marcas de um período histórico que vai para além da delimitada região de Sorocaba. A Capela ali instituída remonta um aspecto de ressignificação cultural colonial. Sendo ainda muito visitada nos dias atuais, esse

monumento histórico traz consigo a história de uma série de crenças que demarcam a pluralidade da cultura do negro escravo com a cultura do branco, muito ligada ao cristianismo.

Temos, então, nas práticas que se colocam até a atualidade uma série de ritos e crenças que emerge dessa pluralidade e que, ainda nos dias de hoje, se materializam em formas de religiosidade e crenças, tais como a de João de Camargo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões que permeiam os contextos da religiosidade e da Capela de João de Camargo possuem aspectos amplos. Considerado um patrimônio Histórico Cultural importante para a cidade de Sorocaba, a Capela demonstra marcas diversas dos contextos que configuraram a constituição da própria cidade, perpassando às questões coloniais, o tropeirismo, as influências de outras religiosidades sobre a política e o desenvolvimento do município, dentre tantos outros aspectos.

Ao tentarmos remontar um pouco dessa história marcada por sincretismos, podemos compreender o quão plural se configura o legado deixado por João de Camargo, bem como entender sobre como tais questões se colocam em um âmbito de resistência de culturas africanas outrora relegadas e massacradas pelo contexto colonizador pelo qual o Brasil vivenciou durante séculos.

João de Camargo, negro, ex-escravo, com nenhum privilégio social ou econômico em sua época, reverbera sobre outras formas de olhar para a religiosidade e a cultura, ressignificando contextos e práticas que, ao mesmo tempo em que lhe parecem tão próprios e de aspectos tão bem marcados, refletem um movimento de resistência histórica de africanidades e culturas oprimidas das mais variadas formas.

Se configurando ainda hoje como um local de encontro com o divino e o sagrado, a Capela de João de Camargo resiste ao tempo, às modificações no espaço, de modo a transcender para além de uma mera construção. Tal monumento alia entremeios da história, vida e cotidiano sorocabano, sendo de suma importância a sua preservação e longevidade.

Diante dessas questões, consideramos que o presente trabalho nos abriu margens para refletir sobre os contextos socioespaciais, históricos, políticos, econômicos, religiosos e culturais, de épocas longínquas e também da atualidade. Esperamos que outros trabalhos, de cunho investigativo, possam ser realizados sobre tais aspectos, visto que consideramos que contexto ricamente plurais margeiam monumentos históricos, tais como a Capela abordada neste estudo em questão.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTÁCIO, A. M. Os mitos do cinema: uma análise contrastiva da Linguagem Imagética Cinematográfica, à luz da Psicologia Analítica de Jung, quanto ao estudo dos arquétipos. **LexCult**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 115-145, jan./abr. 2019.

AVANCINI, E. G. RS negro [recurso eletrônico]: **cartografias sobre a produção do conhecimento** / Orgs: Gilberto Ferreira da Silva, José Antônio dos Santos - Dados eletrônicos. - Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. 352 p.

CALAINHO, D. B. Africanos penitenciados pela Inquisição portuguesa. **Revista Lusófona de Ciências das Religiões** – Ano III, 2004 / n.º 5/6 – 47-63.

CAMPOS, C.; FRIOLI, A. **João de Camargo: o nascimento de uma religião**. São Paulo: SENAC, 1999.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

FREY, H. Urbanização e dinâmica demográfica em Sorocaba, SP. In: **Dinâmicas demográficas e ambiente** / Álvaro de Oliveira D'Antona (Org.); Roberto Luiz do Carmo (Org.). - Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepe/Unicamp, 2011. 240p.

FRGONEZI, B. B. N.; CIPRIANO, D. S.; ANTONUCCI, D.; B., E.; ABASCAL, E.; MILITELLI, F. A.; GAGLIOTI, G.; AMORIM, L.; CASTRO, L. G. R.; SIMÕES JÚNIOR, J. G.; SOMEKH, N.; CORREA, V. F.; CARMO, C. T. H. Preservando o Patrimônio Histórico: um manual para gestores municipais. 1. ed. São Paulo: CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, 2014. v. 1500. 63p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

MARIANO, N. F. Sobre pedra, água e verdade: a capela de João de Camargo como resistência em meio ao processo de urbanização de Sorocaba (SP). In: SILVA, C. H. C.; SILVA, E. N. (orgs). **Chão da Terra: olhares, reflexos, e perspectivas geográficas de Sorocaba**. Curitiba: CRV, 2016.

SÁEZ, O. C. João de Camargo: sincretismo e identidades. **Revista de Ciências Humanas Florianópolis**, v.16, n.24, p.138-153, out. de 1998.

SIMONE, K. A. YBYSOROC. Um homem, uma capela, uma religião. **Revista Primus Vitam**, Nº 11, 2018.

SILVA, I. B. **A cidade, a Igreja e a escola: relações de poder entre maçons e presbiterianos em Sorocaba na segunda metade do século XIX**. 273f. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

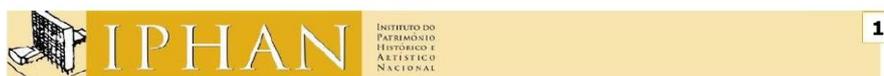
PROENÇA, R. M. G. A representação da Estrutura Narrativa Mítica na Filmografia Nacional: Cafundó. In: **X Interprogramas de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero**, São Paulo, 2014.

MOLTMANN, J. **Deus na criação: doutrina ecológica da criação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

TANNO, J. L. A Democratização dos bens patrimoniais: o direito à cidadania cultural. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.1, 2006 p. 224.

ANEXOS:

ANEXO 1 – Carta de Veneza (IPHAN)⁴:



Carta de Veneza

DE MAIO DE 1964

II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos
ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Escritório

Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios.

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade.

É, portanto, essencial que os princípios que devem presidir à conservação e à restauração dos monumentos sejam elaborados em comum e formulados num plano internacional, ainda que caiba a cada nação aplicá-los no contexto de sua própria cultura e de suas tradições.

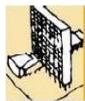
Ao dar uma primeira forma a esses princípios fundamentais, a Carta de Atenas de 1931 contribuiu para a propagação de um amplo movimento internacional que se traduziu principalmente em documentos nacionais, na atividade de ICOM e da UNESCO e na criação, por esta última, do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais. A sensibilidade e o espírito crítico se dirigem para problemas cada vez mais complexos e diversificados. Agora é chegado o momento de reexaminar os princípios da Carta para aprofundá-las e dotá-las de um alcance maior em um novo documento.

Conseqüentemente, o Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, reunido em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964, aprovou o texto seguinte:

Definições

Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma

⁴ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>



evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

Artigo 2º - A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental.

Finalidade

Artigo 3º - A conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico.

Conservação

Artigo 4º - A conservação dos monumentos exige, antes de tudo, manutenção permanente.

Artigo 5º - A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar à disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.

Artigo 6º - A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas.

Artigo 7º - O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional.

Artigo 8º - Os elementos de escultura, pintura ou decoração que são parte integrante do monumento não lhes podem ser retirados a não ser que essa medida seja a única capaz de assegurar sua conservação.

Restauração

Artigo 9º - A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca



do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Artigo 10º - Quando as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação do monumento pode ser assegurada com o emprego de todas as técnicas modernas de conservação e construção cuja eficácia tenha sido demonstrada por dados científicos e comprovada pela experiência.

Artigo 11º - As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração, a exibição de uma etapa subjacente só se justifica em circunstâncias excepcionais e quando o que se elimina é de pouco interesse e o material que é revelado é de grande valor histórico, arqueológico, ou estético, e seu estado de conservação é considerado satisfatório. O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto.

Artigo 12º - Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história.

Artigo 13º - Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitarem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente.

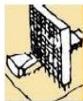
Sítios Monumentais

Artigo 14º - Os sítios monumentais devem ser objeto de cuidados especiais que visem a salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, sua manutenção e valorização. Os trabalhos de conservação e restauração que neles se efetuarem devem inspirar-se nos princípios enunciados nos artigos precedentes.

Escavações

Artigo 15º - Os trabalhos de escavação devem ser executados em conformidade com padrões científicos e com a "Recomendação Definidora dos Princípios Internacionais a serem aplicados em Matéria de Escavações Arqueológicas", adotada pela UNESCO em 1956.

Devem ser asseguradas as manutenções das ruínas e as medidas necessárias à conservação e proteção permanente dos elementos arquitetônicos e dos objetos descobertos. Além disso, devem ser tomadas todas as iniciativas para facilitar a compreensão do monumento trazido à luz sem jamais deturpar seu significado.



Todo trabalho de reconstrução deverá, portanto, deve ser excluído *a priori*, admitindo-se apenas a anastilose, ou seja, a recomposição de partes existentes, mas desmembradas. Os elementos de integração deverão ser sempre reconhecíveis e reduzir-se ao mínimo necessário para assegurar as condições de conservação do monumento e restabelecer a continuidade de suas formas

Documentação e Publicações

Artigo 16º - Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação serão sempre acompanhadas pela elaboração de uma documentação precisa sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de desobstrução, consolidação recomposição e integração, bem como os elementos técnicos e formais identificados ao longo dos trabalhos serão ali consignados. Essa documentação será depositada nos arquivos de um órgão público e posta à disposição dos pesquisadores; recomenda-se sua publicação.

ANEXO 2 – Patrimônios Histórico Culturais tombados em Sorocaba.

Bens Tombados			
Assunto	Processo CMDP	Endereço	Decreto
1 - Estação Ferroviária da Estrada de Ferro Sorocabana – Setor de Bagagens e Armazém - 1875	16.826/1997	Avenida Dr. Afonso Vergueiro, 310	D – 13.753/2003
2 - Mosteiro de São Bento e Igreja de Sant'Anna - 1654	20.117/1976 Condephaat	Largo São Bento	R – 41/1982 Condephaat
3 - Mercado Municipal - 1930	18.427/1988	Praça Com. Nicolau Scarpa	D - 6404/1988 9625/1996
4 - Catedral Metropolitana de Sorocaba - 1912	10.926/1997	Praça Cel. Fernando Prestes	D – 15.786/2007
5 - Abrigo de Bondes	2.412/1998	Praça Nove de Julho	D – 16.690/2009
6 - Teatro Brigadeiro Tobias – Fundec 1930	14.368/1995	Rua Brigadeiro Tobias, 73	D – 10.176/1997
7 - Escola Antônio Padilha - 1910	18.273/1995	Rua Cesário Mota, 286	D – 9624/1996
8 - Mirante Ondina - 1930	14.611/1993	Rua Cesário Mota, 338	D – 8701/1996 D – 9628/1996
9 - Fábricas Nossa Senhora da Ponte e Santo Antônio – 1881 e 1913	9.761/1993	Rua Com. Nicolau Scarpa e Com. Oetterer	D – 8.561/1993
10 - Biblioteca Infantil - 1896	5.133/1998	Rua da Penha, 673	D – 12.941/2001
11 - Locomotiva a Vapor 58	6.287/1989	Estação Paula Souza	D – 10.062/1996
12 - Sobrado Mirante - 1930	18.427/1988	Rua Quinze de Novembro	D – 9.623/1996
13 - Sorocaba Clube – Década de 40 - 1943	18.432/1993	Rua São Bento, 113	D – 9.486/1995
14 - Associação Sorocabana de Amparo aos Cegos - 1930	1.364/1996	Rua Sete de Setembro, 344	D – 9.930/1996
15 - Palacete José Miguel – Década de 1930	2.728/1995	Rua Quinze de Novembro, 34	D – 9.622/1995
16 - Seminário São Carlos Borromeu –1920	9.369/1995	Avenida Dr. Eugênio Salerno, 100	D – 9.558/1996
17 - Bairro de Aparecidinha - 1785	3.958/1981	Ruas do Centro Histórico e Capela de Aparecidinha	D – 9.627/1995
18 - Usina a Diesel da Cianê – Usina Cultural - 1909	20.480/1991	Margem Direita do Rio Sorocaba	D – 8.909/1994 D – 9.626/1996
19 - Cine Eldorado – Década de 40	12.107/1995	Rua Cel. Nogueira Padilha, 476	D – 9.748/1996
20 - Praça Pio XII – Abrigo de Ônibus e Coreto	14.399/1997	Praça Pio XII	D – 16.437/2009
21 - Igreja de Santa Rita - 1931	1.140/1995	R. Bartolomeu Gusmão	D – 9.934/1996



22 - Matadouro Municipal - 1928	14.367/1995	Rua Paes de Linhares	D – 10.033/1996
23 - CPI 7 e BPM – Comando de Policiamento Militar e 7º Batalhão de Polícia Militar do Interior	22.560/2000	Rua Bento Manoel Ribeiro, 209	D – 16.561/2009
24 - Capela do Divino Espírito Santo - 1883	16.618/1993	Largo Do Divino	D – 9.553/1996
25 - Chácara Moinho Velho – 1890/1900	2.078/1996	Rua Dr. Américo de Figueiredo, 1613	D – 9.938/1996
26 - Capela do Nosso Senhor do Bom Fim (João de Camargo) - 1906	19.298/1995	Avenida Barão de Tatuí	D – 9.883/1995
27 - Casarão de Brigadeiro Tobias – 1780	23/1971 Condephaat	Rua José Sarti	D – 08/1971 Condephaat
28 - Chácara Amarela	1.342/1998	Rua José Martins, 125	D – 18.011/2009
29 - Oficina Cultural Grande Otello	6.632/1997	Praça Frei Baraúna	D – 20.334/2012
30 - Antigo Tiro de Guerra	2.410/1998	Rua Manoel Lopes, 235	D – 18.131/2010
31 - Locomotiva nº 10		Museu da Estrada de Ferro	D – 18.499/2010
32 - Prédio do Antigo Hospital São Severino e Capela – Policlínica	1.353/1998	Santa Rosália	D – 19.173/2011
33 - Palacete Scarpa - 1929	10.881/1997	Centro	D – 20.884/2013
34 - Capela de Inhaíba	1.814/2003	Inhaíba	D – 21.056/2014
35 - Chácara Sede do Museu Histórico Sorocabano	4.784/2000	Zoo	D – 19.230/2011
36 - Colégio Rubens de Faria	6.648/1997	Avenida Comendador Pereira Inácio, 190	D – 21.377/2014
37 - Museu da Estrada de Ferro Sorocabana	12.958/2001	Avenida Dr. Álvaro Soares	D – 21.458/2014
38 – Fábrica Santa Rosália – Extra Hipermercado	14.2555/1997	Rua Maria Cinto de Biaggi, 164	D – 21.698/2015
39 – Oficinas da Sorocabana	12.957/2001	Rua Paissandu, s/ nº Largo do Lider	D – 22.147/2016
40 – Chalé Francês	12.956/2001	Jardim Maylaski	D – 22.212/2016
41 – Capela Santa Casa	1.356/1998	Av. São Paulo, 750	D – 22.502/2016
42 – Fábrica Santa Maria	5.131/1998	Rua Newton Prado	D – 22.816/2017
43 – Paço Municipal e Teatro	21.874/1998	Av. Engenheiro Carlos Reinaldo Mendes	D – 24.000/2018

ANEXO 3 – Decreto 9.883/1995 – Tombamento da Capela de João de Camargo.

(Processo nº 19.298/95)

DECRETO Nº 9.883, de 29 de agosto de 1996.

(Dispõe sobre o tombamento da Capela do Senhor Bom Jesus do Bom Fim, dos seus anexos e da réplica diminuta e dá outras providências)

PAULO FRANCISCO MENDES, Prefeito do Município de Sorocaba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que a preservação de locais de valor histórico é dever do Poder Público nos termos do artigo 216 e seus parágrafos, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que compete ao Município o enriquecimento do patrimônio histórico objetivando a preservação da identidade e da memória cultural da população, conforme disposto nos artigos 150 e 151 da Lei Orgânica do nosso Município e da Lei nº 4.619, de 26 de setembro de 1994;

CONSIDERANDO a necessidade de imediata defesa do Patrimônio Histórico e Cultural da comunidade Sorocabana representada por seus elevados valores arquitetônicos;

CONSIDERANDO o valor histórico-cultural da Capela do Senhor Bom Jesus do Bom Fim, dos seus anexos e da réplica diminuta, reconhecido em estudo histórico, arquitetônico, parecer e resolução do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Turístico e Paisagístico de Sorocaba (CMDP), constantes do Processo Administrativo nº 19.298/95;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de medidas urgentes visando a proteção do interesse público cultural de nosso Município;

D E C R E T A :

Artigo 1º - Fica tombado, com grau de preservação "1", a Capela do Senhor Bom Jesus do Bom Fim, dos seus anexos e da réplica diminuta, localizados, respectivamente, à Avenida Barão de Tatuí nº 1.083 e no Cemitério da Saudade, neste Município.

Parágrafo Único - Considera-se grau de preservação "1" a preservação integral.

Artigo 2º - Fica considerada como área envoltória, a área limitada ao perímetro dos imóveis tombados, conforme resolução nº 31 do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, arquitetônico, Turístico e Paisagístico de Sorocaba (CMDP), de 08 de abril de 1996.



33
1.

Decreto nº 9.883, de 29/08/96 - fls. 02.

Artigo 3º - A Secretaria da Educação e Cultura providenciará a inscrição do tombamento em livro próprio.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto, correrão por conta de verba própria, consignada em orçamento.

Artigo 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Tropeiros, em 29 de agosto de 1996, 343º da fundação de Sorocaba.

PAULO FRANCISCO MENDES
Prefeito Municipal

Vicente de Oliveira Rosa
Secretário dos Negócios Jurídicos

Marco Antonio Bengla Mestre
Secretário de Edificações e Urbanismo

Antônio Carlos Bramante
Secretário da Educação e Cultura

Publicado na Divisão de Comunicação e Arquivo, na data supra.

João Dias de Souza Filho
Assessor Técnico
Divisão de Comunicação e Arquivo

rJcp/decbomJe.txt

Prefeitura Municipal de Sorocaba

Processo nº 19.298/95.

Fls. 34

Interessado:

Rubrica 1.

Assunto: PUBLICAÇÃO - "JORNAL DO MUNICÍPIO" - EDIÇÃO DE 06/09/96

**DECRETO Nº 9.883,
de 29 de agosto de 1996**

[Dispõe sobre o tombamento da Capela do Senhor Bom Jesus do Bom Fim, dos seus anexos e da réplica diminuta e dá outras providências].

PAULO FRANCISCO MENDES, Prefeito do Município de Sorocaba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que a preservação de locais de valor histórico é dever do Poder Público nos termos do artigo 216 e seus parágrafos, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que compete ao Município o enriquecimento do patrimônio histórico objetivando a preservação da identidade e da memória cultural da população, conforme disposto nos artigos 150 e 151 da Lei Orgânica do nosso Município e da Lei nº 4.619, de 26 de setembro de 1994;

CONSIDERANDO a necessidade de imediata defesa do Patrimônio Histórico e Cultural da comunidade Sorocabana representada por seus elevados valores arquitetônicos;

CONSIDERANDO o valor histórico-cultural da Capela do Senhor Bom Jesus do Bom Fim, dos seus anexos e da réplica diminuta, reconhecido em estudo histórico, arquitetônico, parecer e resolução do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Turístico e Paisagístico de Sorocaba (CMDP), constantes do Processo Administrativo nº 19.298/95;

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de medidas urgentes visando a proteção do interesse público cultural de nosso Município.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica tombado, com grau de preservação "1", a Capela do Senhor Bom Jesus do Bom Fim, dos seus anexos e da réplica diminuta, localizados, respectivamente, à Avenida Barão de Tatuí nº 1.083 e no Cemitério da Saudade, neste Município.

Parágrafo Único - Considera-se grau de preservação "1" a preservação integral.

Artigo 2º - Fica considerada como área envoltória, a área limitada ao perímetro dos imóveis tombados, conforme resolução nº 31 do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Turístico e Paisagístico de Sorocaba (CMDP), de 08 de abril de 1996.

Artigo 3º - A Secretaria da Educação e Cultura providenciará a inscrição do tombamento em livro próprio.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de verba própria, mediante a permissão.

Artigo 5º - Este

de 27 de agosto de 1996

DECRETO Nº 9.880,

João Dias de Souza Filho
Assessor Técnico
Divisão de Comunicação e Arquivo

ANEXO 4 – Constituição Brasileira de 1988 – Artigo 286:

Art. 216A da Constituição Federal - Constituição Federal de 88 **Constituição Federal de 1988**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

§ 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

I - Diversidade das expressões culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

II - Universalização do acesso aos bens e serviços culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

IV - Cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

V - Integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

VI - Complementaridade nos papéis dos agentes culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

VII - transversalidade das políticas culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

IX - Transparência e compartilhamento das informações; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

X - Democratização dos processos decisórios com participação e controle social; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

§ 2º Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

I - órgãos gestores da cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

II - Conselhos de política cultural; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

III - conferências de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

IV - Comissões intergestores; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

V - Planos de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

VI - Sistemas de financiamento à cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

VII - sistemas de informações e indicadores culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

VIII - programas de formação na área da cultura; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

IX - Sistemas setoriais de cultura. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

§ 3º Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

§ 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

ANEXO 5 – Constituição Brasileira – Capítulo IV – Artigo 30:

Título III Da Organização do Estado

Capítulo IV Dos Municípios

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - complementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV - criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual;
- V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
- VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.